

Conselho de Ministros analisa conjuntura econômica

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje na tarde, sob a presidência do ministro da Fazenda, Carlos Tinoco, para analisar a conjuntura econômica do país...

Rapazote em Madrid

A GAZETA DIÁRIA Rapazote chegou de Madrid no domingo, trazendo notícias de grande importância para o Brasil...

Programa de viagem de Costa Gomes a Nova Iorque

BRASÍLIA (20) - O general António de Spínola, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Portuguesas, viajou para Nova Iorque...

Journalistas de turismo em Congresso

BRASÍLIA (20) - O Congresso Nacional de Jornalistas de Turismo reuniu-se hoje em Brasília para discutir a situação do setor...

Etiópia: reclamado um governo civil-militar

ADDIS ABABA (20) - Um grupo de oficiais militares etíopes reclamou hoje a formação de um governo civil-militar...

DIRETOR: FRANCISCO PINTO SALGADO - END: RUA DOQUE DE PALMELA, 37-37-007 - TELEFONOS 020661-01/02/03/04/05/06/07/08/09/10/11/12/13/14/15/16/17/18/19/20/21/22/23/24/25/26/27/28/29/30/31/32/33/34/35/36/37/38/39/40/41/42/43/44/45/46/47/48/49/50/51/52/53/54/55/56/57/58/59/60/61/62/63/64/65/66/67/68/69/70/71/72/73/74/75/76/77/78/79/80/81/82/83/84/85/86/87/88/89/90/91/92/93/94/95/96/97/98/99/00

S. Tomé e Príncipe: Governo transitório para Dezembro com o M. L. S. T. P.

SAO PAULO (20) - O governo de S. Tomé e Príncipe anunciou hoje a formação de um governo transitório...

Adiada uma vez mais a guerra civil etíope

ADDIS ABABA (20) - A guerra civil etíope foi adiada uma vez mais...



BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...



O EXPRESSO faz 41 perguntas a Mário Soares que afirmou:

Existe em Portugal a possibilidade de uma Via original para o socialismo e para a democracia

BRASÍLIA (20) - O jornalista português Mário Soares respondeu hoje a 41 perguntas do Expresso sobre a situação política de Portugal...

Otelo Saraiva de Cerveleiro "Spínola temia um golpe de estado que o levasse à queda."

BRASÍLIA (20) - O general Otelo Saraiva de Cerveleiro afirmou hoje que Spínola temia um golpe de estado...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

O clima político do M. F. A. traduzido na escolha dos novos elementos da J. S. N.

BRASÍLIA (20) - O clima político do Ministério da Fazenda se refletiu na escolha dos novos elementos da Junta Superior Nacional...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

BRASÍLIA (20) - O Conselho de Ministros reuniu-se hoje para discutir a situação política do país...

OMEGA COSMIC 2000. Um novo conceito em relógios impermeáveis. OMEGA tem a confiança do Mundo.

# 24 horas

em noticiário

## Conselho de Ministros analisa conjuntura económica

LISBOA—SE encerrou ao fim da tarde, em S. Bento, uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros, que foi presidida pelo brigadeiro Vasco Gonçalves.

Deputante a reunião "foi debatida a conjuntura económica da P.M." — segundo o comunicado. No entanto, o ministro das Finanças, dr. Silva Lopes, declarou que havia feito também uma exposição ao Conselho sobre a sua recente deliberação a favor da criação, para assistir à reunião anual do Banco Mundial e do F.M.I.

Uma outra decisão foi tomada: a de que o prof. Magalhães João, ministro da Educação e Cultura será o representante do nosso país na próxima sessão de abertura da reunião do UNESCO.

Entretanto, prevê-se uma agenda "carregada" para as próximas a realizar na próxima semana, especialmente no âmbito das decisões de índole económica. Aguarda-se que sejam definidas medidas a curto e a médio prazo, consistentes com a análise conjuntural ontem iniciada.

## Rapazote em Madrid

O DR. GONÇALVES Rapazote, ministro do interior no governo de Sáiz e Castano que fugiu para Espanha depois do 25 de Abril, sendo uma das personalidades mais procuradas pelo atual regime, veio sido ultimamente visto em Madrid e, segundo os jornais, no hotel Castilhosa, estando os seus poderes retirados no quinto piso. Segundo nosso informador, foi visto no meio da semana acompanhado de um neto e de um outro familiar estreado numa cadeira de rodas.

Entretanto enviámos a Madrid um nosso redactor que se verificou apenas de que o seu nome verdadeiro não figura na lista dos hóspedes do hotel, cuja gerência nega a permanência ali de Gonçalves Rapazote.

O Hotel Castilhosa deve ser lugar preferido da alta finança portuguesa, pois ainda ante-ontem, António Champalimaud se passava sorridente no hall.

## Programa de viagem de Costa Gomes a Nova Iorque

NOVA IORQUE (de nosso correspondente) — No próximo dia 16, o General Costa Gomes chegará a Nova Iorque, em visita oficial aos EUA e à ONU.

No dia 17, o Presidente da República Portuguesa falará na Assembleia Geral das Nações Unidas, expondo as grandes linhas orientadoras do actual processo político português. A 18, Costa Gomes visitará Gerald Ford, Presidente dos EUA.

O Chefe de Estado será acompanhado pelo Ministro Mário Soares.

Entretanto, os meios da ONU aguardam a autorização do Conselho de Estado, no dia 15, para a realização da visita, autorizando essa que constitui, no entanto, um programa.

## Jornalistas de turismo em Congresso

CHEGAM HOJE os participantes num Congresso Internacional de Jornalistas de Turismo que permanecerão no nosso país até ao dia 20. O Congresso, organizado pela Direcção Geral de Turismo, teve a participação e o apoio da Fundação Gulbenkian — onde se realizou, no domingo de manhã, a sessão inaugural da TAP — que oferece um almoço; da Torralta — cujos diversos empreendimentos de Troia e do Algarve ocuparão grande parte do tempo dos congressistas dos vários ramos turísticos do Algarve: Lagos (Vilamoura), Praia da Vilamoura, hotéis Tápier e Estoril, algumas empresas da Costa do Sol Estoril-Sol e Casino Estoril, Eurotagem México. Confirma-se, pelos vistos, que no Norte não há turismo visto que os congressistas apenas saíram do Hotel Altis para ir ao Algarve.

Contribuirão também para a iniciativa o Banco Pinto & Sotto Mayor, a Comissão I. de Café, o Instituto do Vinho do Porto e o Secretariado I. da LA.

Os congressistas terão contactos com o ministro dos Negócios Estrangeiros e com o dr. Vera Jardim.

Será este o primeiro passo para o relançamento do turismo nacional em "novos moldes".

## Etiópia: reclamado um governo civil-militar

ADDIS ABABA (Do nosso enviado) — A Polícia da capital etíope disparou para o ar quando, na manhã de ontem, denunciou uma manifestação de estudantes que reclamavam a imediata constituição de um Governo civil. Os panfletos, apreendidos tal como os cartazes dos manifestantes, propunham um êxito governamental constituído por "elementos progressistas das Forças Armadas", intelectuais e representantes dos sindicatos, o qual deveria preparar no prazo de um mês uma lei eleitoral visando o sufrágio universal para a Assembleia Constituinte. Outras reivindicações ditavam respeito à liberdade de expressão e associação, consideradas condições "sine qua non" de eleições gerais. A execução do impedor deposto e dos seus mais próximos colaboradores, tal como a imediata tomada de medidas de carácter social, são outras exigências do movimento estudantil etíope.

JOÃO ISIDRO

CARVALHO, Otele Saraiva de

Otele Saraiva de Carvalho:

## “Spínola temia um golpe de estado que o levasse à queda.”

MUITO SE TEM especulado sobre o último fim de semana de Setembro. Para isso contribuiu, em grande parte, a falta de informação, e a informação insuficiente ou deturpada que, o próprio brigadeiro Otele Saraiva de Carvalho sublinha na presente entrevista. Ele próprio tem muitas vezes sido criticado pelas entrevistas que concede. Mas conceder entrevistas, dar informações, atender jornalistas, é o preço mínimo que se pode pagar por uma democracia que se pretende ver uma realidade e por uma imprensa que se pretende verdadeira.

Registamos hoje declarações deste oficial do MFA, que vêm esclarecer algumas questões sobre as quais há muito o povo português — e quicá a opinião pública internacional — se interrogava. Conduzida a entrevista, pelo EXPRESSO, Benjamin Foreign.

### Mudança de atitude de Spínola

EXPRESSO — Muito se tem especulado sobre o assunto, sem que até agora uma explicação real tenha sido dada ao público leitor. Gostariamos que nos dissesse o que se passou, realmente, na noite de 27 para 28 de Setembro no Palácio de Belém.

OTELE SARAIVA DE CARVALHO — Cheguei à Presidência da República cerca das duas horas da manhã. Vivia-se um ambiente tenso. À entrada o nosso general Spínola comunicou-me que o nosso general Costa Gomes assentia o comando de todas as forças militares.

Quanto aos rumores que

correram sobre a minha prisão ou detenção, eles eram realmente falsos, pois nunca estive preso ou detido. Soube, particularmente, que tinha sido chamado ao palácio para, realmente, ficar retido ou detido até — se quisermos. Não podia abandonar o palácio para que não tivesse a possibilidade de comandar as forças militares numa provável situação da minha parte — ou, a ideia do general Spínola em que servindo-me das forças militares desencadeasse um outro golpe de Estado que levasse à sua queda. Soube tudo isto posteriormente pela voz autorizada de um oficial afecto ao nosso general, depois de ter feito várias tentativas para regressar ao COPCON, dado que estava a haver um estado de inatificação e quase descontrolo muito grande, por parte de camaradas meus em comando de forças quer de intervenção do COPCON, quer em comando de outras unidades que telefonavam insistentemente para o palácio a saber se eu estava ou não preso, afirmando até que iam marchar sobre o palácio para me libertarem, apesar de eu dizer insistentemente, que não estava preso, que tivesse calma, pois não havia qualquer problema. Perante o volume crescente de telefonemas insisti junto do general Costa Gomes, no sentido de poder regressar ao COPCON, tranquilizando assim toda a gente, para mostrar que não estava detido. O nosso general Costa Gomes nunca pôs qualquer entrave a que eu regressasse ao COPCON, mas quando eu

pretendia sair do palácio foi, por duas vezes, na própria antecâmara, impedido, não fisicamente mas verbalmente, de o fazer, primeiro por um elemento da Presidência muito afecto ao nosso general (Spínola) que me pediu para não abandonar o palácio invocando que era eu quem maninha o equilíbrio naquele ambiente tendo em que se vivia, e depois, por um outro elemento, também muito afecto ao nosso general Spínola, que não pertencia à Presidência e que me disse que tinha sido chamado ao palácio para ali ficar devido, pois o nosso general receava que eu fizesse um «volte face» naquilo e que com as forças militares desse o golpe de estado que o «engaiolasse» foi o termo utilizado, e lhe retirasse o poder, o que estava fora de todas as minhas previsões.

### Três pontos de desconfiança

EXP. — A que se ficou a dever a mudança de atitude do general Spínola que, primeiramente, o pretendia reter, bem como ao brigadeiro Vasco Gonçalves, permitindo-lhes depois, que regressassem a S. Bento e ao COPCON?

O. S. C. — Julgo que foi devido à

previsão muito grande que caiu sobre o Palácio de Belém, de telefonemas feitos por muitas unidades e de elementos de observação da própria presidência junto de muitas unidades, relatando notícias alarmantes de que a tropa iria sair para a rua, estando a fazer preparativos nesse sentido. Estes telefonemas levaram o nosso general Spínola a supor que se iria dar um confronto entre forças militares. Para evitar que tal acontecesse anuli a que eu regressasse ao COPCON, para que toda a gente pudesse verificar que eu não estava lá devido e que reassumia as funções de comandante das forças militares.

EXP. — Como se explica que forças militares tenham sido substituídas nas posições defensivas que ocupavam nas estações de Rádio e TV, bem como a retirada da força da G. N. R. que guardava o Palácio de S. Bento, onde se encontravam diversos elementos do MFA?

O. S. C. — Desde a tarde de sexta-feira que o COPCON tinha mandado guardar as estações de rádio e TV por forças militares, pois havia notícias demasiado concretas sobre qualquer possibilidade de alteração da ordem pública.

# Para a compreensão do núcleo

Transparece destes três textos a essência do conflito que eclodiu em 25 de Setembro. Em que nos surge o enquadramento da fúria

## Saraiva de Carvalho: Spínola queria a todo o custo que a manifestação

Continuação pág. 1

Quando cheguei ao palácio e fui mandado entrar no salão dos Conselhos onde se encontravam o novo general Spínola, o brigadeiro Vasco Gonçalves com os elementos da Junta e Major Odrín, o novo general a quem teria sido dito que o Major Clube Português estava a transmitir comunicações alarmantes e de convocação de gente para as barricadas populares, que foi ao fim e ao cabo o grande problema da noite (e foi por isso que eu fui chamado ao palácio), mandei cortar a totalidade das emissões, ficando apenas com a Emissora Nacional em aberto, ordenando ainda que só iriam para o ar comunicados da Presidência. Na mesma altura, dei a ordem para que no sábado não se publicassem os jornais. Foram ordens directas dele. Simultaneamente, quando lhe respondi a uma pergunta informando que as estações de rádio não constituíam problema, pois tinha forças militares a guardá-las, ele deu ordem ao tenente-coronel Firmino Miguel para substituir as forças militares por forças militarizadas.

Era o terceiro ponto de desconfiança, em relação a mim, nessa noite. O primeiro, quando fui chamado ao palácio e à entrada o guarda me se acercou dizendo que tinha ordens para só entrar eu e o coadjutor, o segundo, quando o novo general, já extremamente alterado, me disse que, a partir daquela altura, ficava sem o comando das forças militares que era entregue ao general Costa Gomes, ao que retorquii que desde sempre isso tinha acontecido, pois o general Costa Gomes era o seu adjunto, não havia pois qualquer alteração de situação; o terceiro, foi realmente esse, a substituição das forças militares por PSP e GNIH. Nessa altura, eu não tinha qualquer interesse, nem via interesse ou vantagem em ter um confronto

imedialto, nem me interessava absolutamente nada, com quem quer que fosse e muito menos com o novo general (Spínola).

A minha grande preocupação era a operação que se deveria desencadear a partir das cinco e meia da manhã. Tratava-se de uma operação de detenção de elementos ligados a ex-LP e simultaneamente de detenção de elementos, já absolutamente identificados, implicados na provável intenção da extrema-direita. Desencadearam-se, então, duas operações totalmente distintas na sua finalidade, embora à mesma hora. Os elementos da LP que foram detidos eram os elementos da Junta Central, elementos ligados ao Quartel General daquela organização e alguns comandantes distritais. Não quer dizer que eles sejam culpados, simplesmente foi uma acção de prisão, pois consideramos que até para que fossem retirados de qualquer culpa, se deve fazer um processo, para que se prove se estão ou não ligados a qualquer coisa.

A minha permanência no Palácio de Belém, para além da insinuação e do alvoroço que provocou em todo o país, pois a notícia alastrou rapidamente provocando as reacções de que já lhe falei, estava a deixar-me preocupado, não só por tudo isto, como pela operação que se desencadearia às cinco e meia. Não entrámos em confronto de qualquer espécie, quando o novo general quis mandar retirar as forças militares, e aí soborei. Telefonei imediatamente para o COPCON dizendo que fossem dadas ordens imediatas para substituição das nossas forças por forças militarizadas, que as iriam retirar, recolhendo as nossas aos quartéis. Não vi nisso qualquer problema, até porque nunca evoque na nossa mente fazer qualquer golpe de Estado.

Posteriormente soube que a Guarda Republicana de serviço a 5. Blemo tinha sido mandada retirar. Há aqui qualquer coisa de estranho, dá impressão que foram retiradas propositadamente para desactivar a defesa do Palácio de 5. Blemo.

### Um avanço real da extrema direita

EXP. — Alguns sectores da opinião pública portuguesa, bem como certos meios de informação estrangeiros têm vindo ultimamente a afirmar que as actividades conspirativas centradas em torno dos acontecimentos de 25 de Setembro não passaram de um bluff da esquerda portuguesa para — segundo eles — eliminarem a direita. Que se lhe oferece dizer sobre o assunto?

O. S. C. — É absolutamente falso que fosse qualquer manobra de esquerda tendente a mascarar uma provável tomada de posição de força por essa mesma esquerda.

O que se veio a verificar foi, aliás o próprio EXPRESSO já noticiou isso, a detecção directa de qualquer

coisa de muito palpável sobre um avanço real da extrema-direita. Tinha-se uma série de notícias, com um determinado recorte, que nos permitiu concluir — possivelmente, aliás, os indícios — que a extrema-direita estava a crescer extraordinariamente e que se estaria a preparar para desenvolver uma atitude mais forte que os cartazes, panfletos e jornais, como o «teiberrismo»-jornal «O Bandarra», mandado encerrar e ocupar por forças militares. No próprio dia 27, li o último número do «Bandarra» que foi publicado, embora com data de 28, ao qual se faziam uma série de ameaças, já demasiado a descoberto para que não visássemos, nisso um ataque directo em perspectiva.

# do poder político em Portugal

## se realizasse

### Um intermediário à procura de armas

Consequimos, continua Otelo Saraiva de Carvalho, contactar um intermediário que estava profundamente interessado em adquirir para a noite de 27, em armas automáticas. Um elemento das forças armadas entrou em contacto com ele, afirmando-se em vendedor de armas, para tentar chegar ao bocado mais longo que o intermediário. Simplesmente aquilo foi montado muito à pressa; arranjei as armas, arranjei os cartuchos que tinham sido solicitados, simplesmente falharam uma série de coisas, como sejam uma carrinha para transporte das armas e outros pequenos pormenores que, com tempo, poderiam ter sido montados. No dia 27 — sexta-feira à tarde — quando o novo elemento procura o contacto com o intermediário, nada tem, a não ser a sua audácia na tentativa de chegar tão longe quanto fosse possível. Estabelecido o contacto, quando estava na elaboração do contacto verbal, houve denúncia da situação pela chegada intempestiva de uma froca de fuzileiros para proteger o novo homem, que teve a presença de espírito suficiente para denunciar ele próprio a manobra, dizendo que se tinham de retirar, pois perante aquele aparato, não era seguro continuar nesse local. O intermediário disse-lhe, então, que ia sair dali para o apartamento 12-B do Edifício Castil, combinando lá um encontro. Fomos então ao edifício Castil, ao apartamento 12-B, e chegámos à conclusão que era uma das sedes do Partido Liberal. Pudemos ali recolher uma série de documentação. A verdade é que esse intermediário disse ao novo elemento que não se preocupasse por estar na via pública à tentar daquele assunto, pois, por diemmas serem, naquele mesmo local, tinham sido travados contactos para compra de armamento, tendo já sido adquiridas 40 mil armas que estavam em depósito, sendo, no entanto, necessárias, para aquela noite, 35 em automáticas. Acrescentou ainda o intermediário que estavam até cobertos ao mais alto nível, não havendo pois problema nenhum. Estas afirmações estranharão diariamente graças e o interesse com que ele pedia as armas levounos a preferir em vez de tentar protelar a situação, fazer as detenções que pudemos fazer, isto é, intermediário e outros elementos que se apuraram face à análise

rápida da documentação que foi encontrada. Da sede do Partido Liberal partiu-se para o Partido do Progresso — M. P. P., descobrindo assim mais uma série de elementos que nos permitiram passar matados de captura em relação a uma série de indivíduos.

A «coisa» não era tão inocente, agora os interrogatórios e a análise documental permitir-nos-ão chegar mais longe.

Também está completamente posta de parte qualquer hipótese de se pensar que tivesse sido uma manobra arquitetada pela esquerda.

EXP. — Acha realmente possível que eles tenham obtido 40 mil armas?

O S.C. — Não sei, 40 mil armas acho demasiado, mas foi realismo o que o homem disse, não se se para impressionar com respeito às transacções que já se tinham efectuado. Cess armas no mês de 41 mil não é nada. A verdade é que foi o número que ele divulgou. 32 as armas entraram ou não no país?... Eu estou convencido que, realmente, há armas ilegais depositadas ou até distribuídas, e será uma árdua missão que nos compete descobrir onde estão e capturá-las. Quarenta mil homens armados custa um bocado a criar. Pode ser admissível, embora ache improvável.

EXP. — Neste momento sabe-se já o que estaria exactamente planeado pela tal «maioria silenciosa» ou esta encobriria uma manobra bastante mais profunda que a simples manifestação?

O S.C. — Não estou directamente em clima das investigações. Há uma equipa encarregada de descobrir, no máximo, com o espaço de tempo, o que realmente estava por trás de todo aquilo, mas a verdade é que a manifestação e toda a preparação que a antecedeu, incluindo a feitura, em que a extrema direita comprou centenas de centros de habitação que distribuiu gratuitamente para por muita gente para ir e participar naquela manifestação de apoio ao novo general Spínola e de apoio ao brigadeiro Vasco Gonçalves, constituía uma provocação muito grande e era realmente uma escalada muito nitida da reacção. É provável que a manifestação da «maioria silenciosa» pudesse vir a constituir um foco de desordem muito grande. Por tudo aquilo que

foi descoberto no Partido do Progresso, apesar de não terem sido encontradas muitas armas de fogo, a verdade é que grande maioria dos elementos que vinham para Lisboa, chamados para a manifestação da «maioria silenciosa», estavam armados. Tudo leva a crer que se preparavam para uma batalha campal, batalha campal essa que seria contra forças de esquerda. Para evitar esse confronto pedi aos líderes dos partidos de esquerda que se afastassem da Praça do Império. É provável que a intenção fosse essa: criar um clima tal de desordem que as Forças Armadas, para não matar ninguém, não conseguissem superar e que, sabe-se lá, desse ao novo general Spínola a possibilidade de fazer a instauração de um «estado de sítio» que concentrasse nele todo o poder. Esta é uma das possibilidades. A outra é que a manifestação da «maioria silenciosa» poderia constituir mais uma escalada daquilo que se estava a preparar e que, neste momento, ainda não sabemos bem a que poderia conduzir e em que o novo general Spínola saísse mais uma vez vitorioso, e o brigadeiro Vasco Gonçalves e o MFA fossem mais uma vez apagados.

## Tomada de poder pelo Gen. Spínola

EXP. — Há quem avenge a hipótese de que o general Spínola haver tentado tomar o poder naquela noite, imediatamente a sua posição através da manifestação do dia seguinte, no que se concluiu pelo general Galvão de Melo. O que pensa desta teoria versus?

O.S.C. — Pedimos através do general Costa Gomes e do Regimento Vasco Gonçalves ao general Spínola que, servindo-se da saliente civil da Presidência da República, fizesse um comunicado, afirmando que se encontrava profundamente insorgido com a manifestação, mas que a não considerava oportuna, pedindo, neste sentido, a emissão de uma ordem, que não a realizasse. O novo general foi absolutamente contrário, afirmando que a manifestação se deveria realizar, para o efeito de apoio ao Presidente da República e que não tinha qualquer medo de manifestações. Invisível que se realizasse, apesar do perigo que se apresentava a esse respeito. Assim sendo, a decisão foi tomada.

Quando ao General Galvão de Melo a atitude foi muito ambivalente. Conheço muitas das intervenções que o general Galvão de Melo fez tendo ao longo dos tempos. As apreciações que eu tinha ao MFA, e que o transformaram no homem de confiança de toda a alta finança, que via no general Galvão de Melo a sua salvação. O general Galvão de Melo era a bandeira da reacção. Mas tudo isto é especulativo. Não podemos fazer quaisquer afirmações concretas.

EXP. — A extinção das acções fascistas agora institucionalizada vai ser levada até ao fim? Por outras palavras, existe entre os responsáveis por essa tarefa umánia a convicção autêntica de que a reacção versus desarma e que por isso é necessário um remédio radical?

O.S.C. — Ora eu começo por responder pelo fim. Estou convencido de que a reacção realmente não desarma. O capital em todo o mundo é uma força considerável, e quanto não tiver perdido o último centavo, ele é sempre um estímulo a considerar. A alta finança, quando tenta, procura, a todo o custo, agir para evitar uma perda de privilégios. Por isso estava realmente convencido de que a reacção não desarma. Quanto ao facto de eu ter assistido à presidência da comissão, estou convencido que se há uma actividade muito tenaz, pois não tenho tempo para mais actividades. Estou profundamente hipotecado ao COPCON e ao governo militar, e essas funções não devem tempo para me poder dedicar seriamente a outra actividade. Se eu substituído, o mais rapidamente possível nessas funções, por um dos dois elementos do Exército ou da Força Aérea, para chamá-lo a ISN.

EXP. — Então, neste momento, a serem feitas sessões de esclarecimento por oficiais do MFA em diversas unidades do país. Como se justifica a necessidade dessas sessões? Qual o seu fim? Quais as unidades que consideraram prioritárias e porquê?

O.S.C. — O que se fez imediatamente foi enviar as sedes das regiões militares e não as unidades, a minha equipa de ligação com o COPCON, equipa essa que está em permanente contacto com aquele comando, ajudando diariamente aos seus membros, bem como em contacto permanente com a 5.ª divisão do EMGFA, onde funciona a Comissão Coordenadora do MFA.

Esta equipa está permanentemente actualizada sobre os problemas de carácter militar e

civil, podendo pois estabelecer as correcções entre um e outro imediatamente a seguir ao fim-de-semana, essa equipa foi lançada de helicóptero para a Região Militar de Évora e no QG da Região Militar de Tomar, deslocando-se, depois, acompanhado pelo brigadeiro comandante da Região Militar de Évora, ao RI 4 de Faro, onde se encontraram com oficiais de todas as unidades do Algarve. Deslocaram-se no dia 9 para a Região Militar do Porto, onde se mantêm até dia 11 de manhã, tendo-se deslocado durante o dia 11 a Vila Real, e partindo dia 11 para a Região Militar de Coimbra. A finalidade dessas missões tem sido esclarecer tudo aquilo que se passou no último fim-de-semana de Setembro. Ao nível do MFA tem havido, desde sempre, e profundo deficiente, para mim quase trágico, que é a falta de informação. Por que aquilo que se diz nos jornais, normalmente a nossa imprensa é extremamente especulativa ou tendenciosa.

EXP. — ...ou mal informada...

O.S.C. — ...ou mal informada. Isso talvez seja também uma das razões. Os nossos jornalistas apuram umas coisas aqui, outras ali, e fazem uma história, às vezes rocambolesca acerca dos assuntos mais banais. O envio dessas equipas é feito no sentido de colonizar essa brecha tremenda que é a falta de informação e estou convencido que produziram até agora um trabalho assinalável.

Já antes disso procurei lançar essa minha equipa, mas foi sempre impedido de o fazer pelo general Jaime Silveira Marques, que nunca autorizou que essas equipas se deslocassem às regiões militares ou unidades, alegando que não havia necessidade disso, e outras justificações tendentes a evitar que o MFA mantivesse uma informação correcta às unidades, e a evitar o alargamento do MFA a todos elas.



## A situação militar actual

EXP. — Como considera a situação actual, nomeadamente ao que se refere à capacidade de resposta militar e estratégica face à reacção a uma possível futura escalada fascista?

O S.C. — A situação actual está bastante boa. Militar e estrategicamente, ela saiu revigorada desta crise de 27 de Setembro. Embora não tenha havido — eu pelo menos nunca senti — perigo eminente, a verdade é que tive o prazer e a satisfação de sentir que a capacidade de resposta das forças militares, dos três ramos, foi óptima em todos os sentidos. O MFA, agora extraordinariamente alargado à FA, já não é só aquele núcleo inicial. Com um alargamento muitíssimo grande, que se verificou, posso dizer que, de norte a sul do país, houve uma adesão e uma vontade enarcar de participação, com verdadeiro entusiasmo por parte de todos, salvo, evidentemente, aquelas unidades que estavam psicologicamente desequilibradas, balanceadas entre a sua devoção, entre o chamamento que lhes era

feito pelo general Spínola e aquilo que o Movimento poderia também solicitar-lhes.

Estou convencido, portanto, que face à reacção, não há qualquer problema quanto à intervenção das forças militares que responderão imediatamente, desde que a nossa capacidade de recolha de informações oportunas sobre as actividades dessa mesma reacção, nos permita anteciparmo-nos a qualquer sua actividade definitiva.

Quanto a uma possível futura escalada fascista, estou convencido que, enquanto não tivermos uma instalação definitiva da democracia e mesmo quando a fizermos, teremos que estar sempre extraordinariamente atentos, porque haverá sempre um vírus fascista latente, que, precisamente por ser vírus, é difícil de descobrir e é difícil, portanto, de matar. No campo da estratégia e das medidas imediatas, só há que ter os olhos e os ouvidos bem abertos para uma recolha de informações, que nos permitam, categoricamente anteciparmo-nos, a qualquer actividade.



# Com que cartas joga a CIA em Portugal?

PARIS (Do nosso correspondente)

— Em artigo intitulado «Kissinger garde un œil sur le monocle», o «Canard Enchaîné» desta semana revela que já antes da última crise política portuguesa o embaixador americano e os seus colaboradores, talvez directamente inspirados pela C.I.A., «consideravam já o general Spínola como uma «mã apostófica» Segundo o semanário francês, os americanos criticavam sobretudo ao ex- chefe do Estado o seu carácter autoritário, que o impedia de governar sem procurar estabelecer os necessários «compromissos». Por outro lado, ainda segundo o «Canard Enchaîné», os americanos censuram o general Spínola por ter avaliado mal a sua influência mal no Exército e, mais grave ainda, por ter sobreestimado a capacidade de mobilização, em seu favor, da «maioria silenciosa»...

Neste artigo, «Le Canard Enchaîné» vai mesmo mais longe e acusa Kissinger e a C.I.A. de terem criado, no passado mês de Maio, um pequeno organismo, o «Comité Quarenta», que permitiria à C.I.A. desenvolver rapidamente as suas actividades em Portugal. Uma C.I.A., adianta o semanário francês, que se revelou, todavia, incapaz de prever a importância dos mudanças políticas operadas pelo movimento do 25 de Abril e mesmo de compreender a determinação do M.F.A. não avaliando, sobretudo, a natureza dos seus objectivos políticos. É certo, nota «Le Canard Enchaîné», que os novos dirigentes portugueses anuviaram desde logo que, apesar da participação do Partido Comunista no governo, não estava em causa a permanência de Portugal na N.A.T.O.. Do mesmo modo, não se procurava retirar aos Estados Unidos o direito de utilização da base das Lajes, nos Açores. De resto, para prevenir, sem dúvida, qualquer desenvolvimento anterior, Kissinger não julgou satisfatória esta confissão de fé atlântica e, segundo o «Canard

Enchaîné», o secretário de Estado americano teria feito saber aos dirigentes de Lisboa que os E.U.A., embora aceitando a independência da Guiné, não admitiriam que os portugueses entregassem aos guineus as ilhas de Cabo Verde, Acorda de acordo com o semanário francês, Kissinger teria comunicado às autoridades portuguesas o recuo do governo americano em ver instalar-se, um dia, nas ilhas de Cabo Verde, uma base aeronaval soviética...

## O «Comité Quarenta»

Voltando, entretanto, ao «comité os quarenta», criado por ordem de Kissinger e dirigido pelo secretário de Estado americano, o «Canard Enchaîné» adianta que a sua criação correspondia a uma necessidade de desenvolver as actividades da C.I.A. em Portugal.

Entre os principais objectivos atribuídos à actividade do comité, conta-se a tentativa de desenvolvimento dos contactos empregados por elementos da C.I.A. junto dos quadros superiores do exército português — ao nível do Estado Maior — e dos quadros médios, entre os oficiais.

No entanto, segundo o semanário francês, estes esforços da C.I.A. não tiveram sucesso face à prudência manifestada pelos oficiais, tanto mais que os capitães do M.F.A. tinham já em vista proceder a operações de saneamento entre as fileiras militares. Foi assim que, segundo «Le Canard Enchaîné», a meados do verão passado, mais de 300 oficiais das Três Armas foram obrigados a passar à reserva e várias centenas de outros transferidos para postos sem responsabilidade efectiva.

## A CIA e o patronato

Outro objectivo principal da C.I.A.; o patronato. Mas, nesse campo, diz «Le Canard Enchaîné», as coisas são mais simples. Alguns dirigentes de companhias multinacionais — adianta o semanário francês — são, ao mesmo tempo, os melhores especialistas da economia portuguesa, os mais qualificados para saber-lhe e os mais temidos por uma viragem à direita. Por isso, não seria necessário influenciá-los muito... Entretanto, o jornal parisiense cita como resultados concretos desta acção o financiamento de um diário conservador («Tempo») e o aparecimento público no mês de Agosto de partidos de direita...

Mas esta acção não fica por aqui. Assim, segundo «Le Canard Enchaîné», um outro projecto logo planeado ao mesmo tempo obier de Spínola a autorização para criar uma nova estação de rádio e de televisão. Estariam dispostos a financiar esta operação, cuja rentabilidade não se encontrava totalmente assegurada, o grupo português Bulwara, duas estações de rádio de Lisboa e duas estações brasileiras, o que permitiria aos americanos (por intermédio dos brasileiros) estar presentes no negócio.

Foi também neste altura — prossegue «Le Canard Enchaîné» — que Vernon Walters, director-adjunto da C. I. A. viaja entre vários países do Mediterrâneo, passa por Lisboa e permanece durante oito dias, em férias, em Portugal.

Ainda segundo o semanário francês, esta «voluntade» da parte dos americanos e, mais particularmente, da C.I.A. e de Kissinger, chegou a provocar uma reacção em Lisboa, onde um membro do governo afirmou que os americanos «procediam mal em

iniciarem-se tanto nos assuntos portugueses e que o governo dos E.U.A. iria perder muito dinheiro, mais do que no Chile, ganhando, em troca, muitas preocupações». Estes propósitos teriam sido facilmente relatados ao próprio Kissinger em pessoa, o qual enfrentava já as censuras que no interior do seu país e no estrangeiro lhe eram dirigidas pelo papel essencial que desempenhou (nem sempre de forma feliz...) nos golpes de Estado do Chile e de Chipre.

Seja como for, é evidente que a última crise e a demissão do general Spínola mais não fizeram do que desenvolver, diz o «Canard Enchaîné», o interesse que os americanos dedicam a Portugal. Segundo o semanário francês, os serviços secretos americanos seguem hoje de muito perto a evolução política dos principais dirigentes do M.F.A., dispostos a explorar a menor divergência. Alias, e isto que a C.I.A. se propõe fazer no caso de um eventual conflito entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, sem esquecer, lembra ainda o «Canard Enchaîné», que os americanos ainda a possibilidade de dar a carta Spínola quando das próximas eleições e de dizer: «si mesmo que, no fim de contas, o velho general não é uma aposta excessivamente má».

JOSÉ ALVES

Alves, Victor

## Victor Alves nega possibilidade de diálogo com Spínola

"LÍDER do MFA nega possibilidade de diálogo com Spínola" é o título de uma entrevista que Victor Alves concedeu ao "Jornal do Brasil" e de que, pela sua importância na definição dos po-

deres, transcrevemos os principais extractos.

**JB — Há centro de poder decidido em Portugal?**

**VA —** Há. É o Movimento das Forças Armadas.

**JB — Mas em que lado mudou as coisas?**

**VA —** Não mudou nada. Apenas a situação foi definida. Antes havia um tumulto, um choque interno, o Poder estava dividido. De um lado a interpretação pessoal que o general Spínola fazia do Programa do MFA. De outro, a grande maioria com a interpretação hoje victoriosa.

**JB — E em consequência...**

**VA —** Em consequência não havia Governo, não se aplicava o programa. Tínhamos uma ideia sobre a descolonização e o general tinha outra. Então a descolonização não andava. Adoptamos uma posição sobre a legislação eleitoral, mas o general Spínola divergia. Então a legislação eleitoral não saía. Tudo se paralisava.

**JB — O Movimento das Forças Armadas está à esquerda, não?**

**VA —** Não gosto de rótulos, mas

eu diria que é uma força progressiva.

**JB — As Forças Armadas como um todo?**

**VA —** Como um todo são conservadoras.

**JB — E como conciliar?**

**VA —** Bem, o MFA é o motor, puxa o barco, dá-lhe direcção, é um projecto de mudança. É isso que estamos tentando fazer.

**JB — Os partidos também são diferentes. Mesmo os que estão dentro do Governo pensam coisas diferentes do Governo e entre si próprios?**

**VA —** Não há partidos em Portugal. São forças em organização com composições a se definir.

**JB — Mas ainda sobre o centro do Poder. Que quer o centro do Poder? A crise económica está aí. Como ficam os empresários e o centro de Poder?**

**VA —** Bem, temos um centro de Poder definido, mas não um campo de trabalho definido: precisamos um conjunto de princípios, temos um programa em linhas gerais, mas falta definir o

campo de acção. Acho que é por isso que os empresários estão reticentes, que os investimentos declinaram. Mas tão logo decidirmos, os empresários colaborarão. Os empresários estão sendo chamados a discutir este campo, até onde vai o Estado e até onde vai o empresariado.

**JB — Mas os empresários parecem que não gostam destas linhas gerais. Na economia quais são elas?**

**VA —** Sabemos que o Estado precuará ter um papel destacado, controlando as actividades básicas. Não identificamos ainda a forma de "controlar", mas é preciso controlar. O capitalismo de Estado, como se diz.

**JB — Nessa confusão toda como fazer uma democracia?**

**VA —** Sim, é preciso saber que não estamos numa democracia.

Depois de uma ditadura de tantos anos, não é possível fazer uma democracia num passe de mágica. A democracia é a nossa intenção, pretendemos caminhar para ela.

**JB —** Como, fazendo eleições e



entrecando o poder aos Partidos? E se o Partido victorioso tiver ideias diferentes do MFA?

**VA —** Ora, a questão é que as próximas eleições não irão constituir o Governo, mas sim um corpo consultativo, que estabelecerá o estatuto nacional. Os Partidos e o Poder são para o futuro, vamos ver.

**JB — Agora o general Spínola está fora? Nada se espera dele?**

**VA —** Nada, a não ser que ele mude a interpretação que faz do programa. Enquanto persistir, está fora. Não queremos a orientação do discurso que ele fez.

## As três lições do 28 de Setembro

OS ACONTECIMENTOS de 28 e 29 de Setembro, entraram já naquela perspectiva que retira aos factos e aos homens o coeficiente emocional que todos lhes emprestamos no rescaldo daquele longo fim-de-semana.

É pois em clima de serena reflexão e ponderada análise que devemos ir retirando as lições devidas de tudo o que sucedeu e chegue ao nosso alcance pelos meios da Informação.

Três lições parece poder-se inferir já no momento presente:

A primeira é a de que o País ultrapassou, sem sangue nem convulsões irremediáveis, um ponto de clivagem. Para esta ultrapassagem em muito pesaram a consciência cívica dos cidadãos, firme na vigilância, mas cautelosa nas acções que pudessem envolver riscos de graves confrontos pessoais, e o estado de espírito das Forças Armadas de solucionar por via pacífica o diferendo em aberto.

A segunda lição é a de que um povo vigilante tem de estar necessariamente bem informado. Não é na ignorância que se forma a resistência dos povos aos assaltos de forças antidemocráticas. Se houve conspiração grave e ampla como os órgãos de Informação insinuaram e afirmaram expressamente, então o País tem o direito de saber como era, quem esteve implicado, qual o plano e as consequências efectivas para o regime vigente.

Falar num facto tão importante para a sobrevivência da democracia em Portugal, como é uma conspiração, e não elucidar de imediato os portugueses sobre a extensão da intenciona contra-revolucionária, só é favorável à reacção que fica semioculta, cujos planos ficam por desvendar, cujos "líders" ficam por desmascarar.

A terceira lição que depende logicamente da segunda, é a de que se impõe constituir uma comissão nacional para o desmantelamento de estruturas fascistas e, portanto, inaceitáveis numa democracia.

Não bastam comissões paleativas que se restringem aos ex-agentes da PIDE-DGS, ou da LP.

Uma comissão que terá de ser nacional no seu âmbito de acção. Mas, que não poderá ser "ad hoc" constituída, antes deve ser nomeada pelo Governo Provisório com plena assunção das suas responsabilidades que são muitas perante o País. Deverá ser implacável para não cair em complacências arriscadas. Mas não poderá deixar-se seduzir pelo amplo poder de que um órgão desses necessariamente dispõe.

Usar o poder até aos limites impostos pela irradiação irreversível do fascismo, mas não abusar desse poder em favor de algumas pessoas ou grupos políticos, deve ser o leme de tal comissão.

Civismo popular, necessidade urgente de informação cabal ao País sobre a crise passada e formação de uma importante e responsável comissão nacional executiva para o desmantelamento do fascismo — estas são as três lições que nos ensinou o 28 de Setembro.

## Os EUA, a NATO e o Atlântico Sul

SE OS Estados Unidos e a União Soviética se decidiram pela coexistência pacífica e pelo desarmamento, para que serve a NATO? E se esta se chama "Organização do Tratado do Atlântico Norte" porque quer ela estender-se ao Atlântico Sul? A NATO protege de facto o Ocidente (e a Europa Ocidental) ou apenas os Estados Unidos?

No início dos anos 50, Washington sentia-se ameaçada apenas por Moscova. O Japão — inimigo de poucos anos atrás — estava esmagado e a China, embora comunista, encontrava-se destruída pela guerra civil. Da Ásia, portanto, não vinham quaisquer ameaças. Por isso, a Europa Ocidental, "livre" (porque não comunista), desempenhava um papel fundamental na estratégia defensiva americana: constituía o pára-choques, a "linha Maginot" (ou "Siegfried") dos Estados Unidos. Nela deveria ser contida e esmagada qualquer eventual ofensiva do Leste. Senhora do Mediterrâneo, a América tinha garantidas a rota do Suez e as inesgotáveis reservas de energia que eram os poços petrolíferos da Península arábica e do Irão. A África, dividida em colónias pelos países europeus aliados não contava.

A nacionalização do Suez por Nasser foi o primeiro sinal de alarme. E a destruição do canal durante a Guerra dos Seis Dias confirmou que a conjuntura internacional flua modificada. O "perigo soviético" desvanecera-se na Europa, mas os interesses dos EUA começavam a ser ameaçados noutra ponta: o petróleo teria que passar pela extremidade sul do continente africano e pela metade meridional do Atlântico, áreas que não eram "cuidadas" do Ocidente. Além disso, as novas nações africanas mostravam-se muito pouco "cooperadoras", o que apenas dificultava as coisas. Dalí o progressivo interesse dos EUA pelo Atlântico Sul, pela continuação do domínio de Lisboa sobre as suas colónias africanas, Portugal (membro da NATO) em África era o prolongamento natural da própria Aliança Atlântica em África. O Brasil, no flanco ocidental, e o Governo de Pretória, no extremo terrestre oriental, guardariam os flancos desse interno lago do "Ocidente", armadura considerada indispensável à livre, regular e constante drenagem do petróleo das Arábias para os EUA... e seus interesses na Europa.

A esta luz é perfeitamente compreensível o interesse de Washington por Cabo Verde (potencialmente uma base mais importante do que a da minúscula ilha de Diego Garcia, no Índico), por Angola e pelo alargamento da área da NATO ao Atlântico Sul: "petróleo oblige"...

# Três ofensivas reaccionárias e o spinolismo

Miller Guerra

UM OBSERVADOR astuto da nossa cena política, quando lhe participei a intenção de escrever sobre a terceira tentativa dos contrarrevolucionários, recomendou-me: escreva depressa, porque dentro de pouco teremos a quarta tentativa.

Concordei, mas por agora e durante algum tempo, a intenção não se repete. Talvez à falange reaccionária lhe passe a vontade de se meter em nova aventura, caso se verifiquem as previsões de que falaremos a seguir. A primeira tentativa de interromper o curso da política actual, efectuou-se meia dúzia de semanas após o 25 de Abril, com a revolução palaciana conduzida pelo Primeiro ministro. Apoquentado com a agitação que reinava num ou noutro campo social; enlendo na teia de um governo de coligação; receoso da rapidez da descolonização, pensou que o aumento dos seus poderes de primeiro ministro, a antecipação das eleições e outros remédios sintomáticos, atalhariam a crise que via à sua frente.

Afinal, como depois se viu, a crise solucionou-se com a sua demissão e de outros membros do Governo Provisório, resultando daí um fortalecimento do poder e da democracia.

A tentativa fôra prematura e, além disso, mal calculada. Prematura, porque não tinha base social (a falange conservadora estava ainda paralisada pela supressa do 25 de Abril);

estribilho, a democracia seria o regime ideal, mas estamos nós preparados?

Por via de regra as discussões andam à volta de temas deste teor entre as pessoas e os grupos pertencentes à pequena e à média burguesia. Está bem de ver que por esta via não se avança um passo na compreensão dos acontecimentos e, particularmente, não se responde à pergunta a que importa responder neste momento: por que é que as direitas fizeram três tentativas sem êxito?

Quem escreve estas linhas não possui elementos de informação especiais sobre o que se passou, sabe o que é voz corrente e o que os meios de comunicação lhe transmitem, assim como qualquer outra pessoa. É um cidadão que observa e procura entender o que se passa entre nós. Para isso, recolhe os factos, analisa-os como pode e sabe, e quando não os compreende imagina hipóteses, isto é, explicações teóricas que conhecimentos ulteriores confirmarão ou não. Neste último caso, imaginará nova hipótese, e assim por diante, até lograr uma visão coerente e racional dos sucessos que presenciou. Dizendo de outro modo, a vida política como qualquer campo do real, tem os seus princípios, leis e terreno de experiência que se podem apreender como se apreende qualquer realidade. O facto da sua complexidade e do relativo atraso da ciência que se ocupa dos fenómenos políticos, não deve ser razão

quase a prova experimental do facto, que quem sofreu maior despolitização, foram as direitas e não as esquerdas. As primeiras despolitizaram-se pelo processo geral que despolitizou o país, mas ao passo que as esquerdas se politizaram à custa da luta semi-clandestina e clandestina, as direitas despolitizaram-se no exercício do poder. Porquê? Porque quem deteve o poder político foi um único homem que ao mesmo tempo teorizou o sistema e montou os mecanismos da sua conservação. Assim como os ministros eram uma espécie de funcionários ou de executores da ideologia fabricada pelo chefe, a censura e a policia mantinham a ortodoxia, uma, por coacção psicológico-cultural, a outra, por meios físicos.

Logo que o regime caiu, as direitas viram-se como realmente eram, e são: sem doutrina (e sem oráculo), sem estratégia, sem capacidade ofensiva. Falta-lhes a verdadeira experiência de governo e, falta-lhes também, experiência da democracia. Mais: a pouca experiência política que tiveram era essencialmente anti-liberal e anti-democrática, precisamente o contrário da que nesta ocasião precisavam.

No regime antigo sabia-se como se conservava o poder e, tão perfeitamente, que durou um tempo desmedido. Mas uma coisa é a conservação e outra a conquista ou, por outras palavras, uma

mal calculada, porque a alavanca com que contava nas altas esferas, fraquejou.

Em princípios de Setembro, desta vez em Moçambique, fez-se nova tentativa, de onde resultou novo desastre para a reacção.

Finalmente há quinze dias, terceira tentativa contra-revolucionária, mas muito mais grave.

Não merece a pena historiar factos conhecidos, mas convém relacioná-los e interpretá-los, para se tirarem lições que podem ser úteis. Com a reduzidíssima experiência política que há na nossa terra, perdem-se facilmente as perspectivas e a orientação, ora contentando-nos com juízos sumários e apaixonados, ora caindo em divagações doutrínarias abstratas com as quais substituímos a realidade pelas ideias. Diz-se, por exemplo: as direitas foram vencidas porque estão desorganizadas, porque têm medo, porque se precipitaram, porque foram traídos, etc.. Outro tipo de explicações, igualmente insuficientes, consiste em discutir teses doutrínarias: o regime que nos convém é uma democracia como a inglesa, um regime de ordem, de respeito e progresso; ou então, a ideia inversa e falsa, o socialismo é inimigo da religião, da família, da paz social: no nosso país não há nem pode haver lutas de classes, porque não existe um proletariado esclarecido e numeroso; ou então o velho

para nos entregarmos a devanejos ou a confiarmos em apreciações elementares, impressionistas ou em juízos «a priori», isto é, em termos banais, a ideias pré-concebidas.

Revertendo ao ponto. Como se explica que as direitas tendo na mão o poder imenso do dinheiro, das relações, de classe (nacionais e internacionais); conservando a grande influência na administração privada e pública e na burocracia; possuindo a maior parte dos intelectuais, tendo por aliados os católicos tradicionalistas (que são preponderantes), possuindo, além disso, uma experiência governativa de perto de meio século, fossem derrotadas?

II

Eis algumas hipóteses que podem concorrer para a explicação.

1. Na vigência do regime antigo volta e meia falava-se da acção despolitizadora que metodicamente neutralizava e dissolia o interesse pela política. Como se sabe a despolitização é um fenómeno que favorece a ideologia de quem está no poder, especialmente nos regimes politicos conservadores, porque desarma a critica e facilita, portanto, o acatamento da doutrina oficial.

Quem faz esta observação são as esquerdas, como é natural, porque as correntes progressistas carecem de formular e difundir ideias politicas contrárias ás do poder constituído.

Já se sabia, e agora tem-se

coisa é estar no poder (no regime autoritário) e outra muitíssimo diferente, estar na opposição (num regime democrático).

As direitas desrespeitaram as regras da democracia porque não estavam preparadas, por um lado; por outro, porque a falange «ultra» é visceralmente anti-democrática. Hoje, só reconhece a legitimidade da violência, como outrora reconhecia a do direito divino.

As direitas foram vítimas do próprio sub-desenvolvimento politico que provocaram, mas que foi a chave dos beneficios que colheram no seu longuissimo reinado.

2. As esquerdas, lutando pela sua sobrevivência desenvolveram a sua consciencia politica. Por isso, agora estão mais desenvolvidas que as direitas. Assim se pode explicar este facto que à primeira vista é perturbador: as esquerdas possuem um desenvolvimento social e politico maior do que o da burguesia. Foi isso que permitiu aos partidos da esquerda, nomeadamente aos Partidos Comunista e Socialista, aos sindicatos e, de uma forma geral, ás massas populares, intervir com tamanha rapidez e êxito na tentativa de subversão reacçãoria de 27 e 28 de Setembro. A união com o Movimento das Forças Armadas não se teria reafirmado se as forças civis progressistas estivessem despolitizadas.

3. Se este modo de ver é correcto, então deve atribuir-se em parte às mesmas razões, a fraqueza demonstrada pelos partidos do centro-direita e do centro-esquerda. O centro-direita sai, naturalmente, das fileiras dos adeptos moderados do antigo regime. Não há mal nenhum nisso para o regime actual que, sendo democrático, tem de acolher no seu seio tendências, formações e partidos conservadores, desde que respeitem a ideia e as instituições democráticas. Ora, sucede com o centro o mesmo que sucede com as direitas em geral e com os reacçãoários em particular. Perante uma situação aguda e inesperada que obrigava a decisões subitâneas e à apreciação exacta de uma conjuntura em termos de democracia, o centro, mal liberto ainda da antiga tutela, hesitou — não soube de que lado estava o norte político. Inclinando-se para a esquerda corria o risco de ser arrastado por ela (mais audaz e mais dinâmica); voltando-se para os manifestantes, embarcava numa aventura que ideologicamente contrariava os propósitos democráticos expressos no seu programa político. Como se costuma dizer, ficou entalado entre a espada e a parede.

Foi desta maneira, provavelmente, que os dias 27 e 28 de Setembro, comprometeram o centrismo que poderia ter saído fortalecido, começando aí a desempenhar o seu papel de moderador e intermediário

política é uma realidade perigosa.

Por fim, o terceiro facto, vem a ser a atitude do General Spínola que abandonou a Presidência da República com a retumbância precisa para dar força à reacção nacional e internacional. O General colocou-se na posição de contestatário direitista do Movimento das Forças Armadas, declarando-se, simultânea e contraditoriamente, fiel intérprete do Programa do mesmo Movimento. Esta atitude grangeou-lhe a adesão e o aplauso das direitas conservadoras e reacçãoárias, abrindo-lhe a porta para nova carreira política.

Considerando os três factos acabados de citar que nos parecem resumir os sucessos políticos dos fins de Setembro, concluímos provisoriamente o seguinte:

A crise, como é próprio das crises, trouxe à superfície e levou a um grau extremo, os conflitos que estavam encobertos. Sob a calma aparente da democracia em que fomos vividos, fervilham forças e tensões que eclodiram ruidosamente. As crises sociais são benéficas porque descobrem as oposições latentes, desencadeiam acções e reacções derivadas do desenvolvimento súbito de antagonismos inaparentes e, quando são bem aproveitadas, isto é, dominadas inteligentemente, permitem fazer ajustamentos e reorientações.

Viu-se como a relativa

continuum a ser, -democráticas e, por partidos do centro, con-tram grande difícil em se constituir e sobre em se manter. Tiveram poucos dias a confirma dessa experiência histórica — o centro, ou os em confronto aberto os esquerdas, saíram vencedores.

Esta situação é dramática para o futuro da democracia que não viver em paz enquanto houver um partido democrático sincero e do centro-direita e do centro-esquerda, para a democracia simultaneamente de as tendências, como Centro Democrático Social.

Mas um agrupamento destes é difícil de formar, torno de um programa terá que ser forçosamente ambiguo para atrair a maioria das direitas (tradicionalistas, conservadores, reacçãoários, desempregados políticos, caetanismo, e de quantos). Uma falange desta composição heterogénea reúne-se depressa (ou volta de um homem que de um programa ou de uma doutrina, portugueses, sobretudo conservadores, confiam menos nas ideias do que numa personalidade do homem. O general Spínola saiu levando consigo um considerável capital político de direita. Uma via para o futuro próximo consiste em fundar (ou adaptar) um partido, com vista à liderança do general Spínola. A nova linha política arregimentaria e

entre os partidos da esquerda e da direita. Aqui aparece de novo uma explicação superficial ouvida várias vezes nestes últimos dias. Atribui-se o pequeno relevo do centro à falta de pessoas, de organização, de meios, etc., quando as razões são de ordem geral, social e política. É como grupo inserido na realidade total da vida portuguesa, passada e presente, que o comportamento do centro se tem de encarar.

4. Passemos por alto outros factos e acontecimentos para não nos alongarmos demasiado e, usando o método de aproximação da realidade política citada acima, procuremos discernir o futuro no horizonte confuso.

III

Da última crise ressaltam três factos principais.

O primeiro, é a preponderância do Partido Comunista Português, a sua preparação política para a luta, a sua audição nas massas trabalhadoras, a íntima associação entre a doutrina e a prática social.

O segundo, é o apagamento dos partidos do centro e a destruição dos partidos da direita e ultra-direita, embora estes últimos se disfarçassem com um véu (transparente) de formações progressistas. O desnudamento da sua verdadeira essência de falanges reaccionárias e sediciosas, não foi das lições menores dos acontecimentos. Os cépticos ficaram sabendo de ciência certa que a camuflagem

acalmia era enganadora e como, e por que meios, a reacção procurava liquidar o regime. Os campos extremaram-se. As esquerdas, nas quais sobressaiu o Partido Comunista, saíram mais fortes (mais unidas e homogêneas) mas ao mesmo tempo mais expostas ao ataque dos conservadores e dos ultras nacionais e estrangeiros.

Reapareceu mais uma vez a situação politico-ideológica portuguesa que se conhece desde séculos — a polarização das tendências, dos credos e das ideias em duas famílias em posições irreduzíveis originaram as desavenças, as lutas e os combates sangrentos descritos nas páginas da nossa História. Nunca, ou apenas em raros e curtos períodos, houve entre nós o elemento fundamental da ordem democrática — o consenso acerca do regime e das instituições. Dai a permanente alternância entre sistemas. Dai a radicalização das atitudes políticas e a correspondente violência da luta (miguelistas-liberais; monárquicos-republicanos; conservadores-liberais; conservadores-socialistas, etc.).

IV

Sempre nos faltou o acordo ou o consenso acerca do sistema político, porque nunca se formou (ou formou-se episodicamente) um grupo numeroso e coeso que assegurasse a estabilidade e o equilíbrio entre as extremidades do leque político. As direitas foram, e

hesitantes, os recessos, comprometidos com o regime anterior, marginais da política, em grande e parte da burguesia média e alta que de qualquer modo seguiria um longo e comprovado caminho de repetidamente as suas predilecções ideológicas conservadoras. O spinolismo apagaria as divergências e suavizava as direitas acolhendo os adeptos e lhes perguntar vinham, exigindo apenas fidelidade ao homem. Acabámos de descer superficialmente o que veio a ser um partido com possibilidades de sobrevivência — spinolismo. A solução ideal, mas é a menos para o presente e para o próximo futuro.

O General renunciou cargo para que a História cumprisse. Ele, que a altura, foi o arauto do ciclo da Nação — o fito era colonial — tomara um obstáculo à completa emancipação dos povos africanos.

A sua renúncia é plena ambiguidades, como a vida pública — retirou-se cena política, deixando caminho livre aos homens às ideias progressistas, ao mesmo tempo, embora o passo, apontando-lhes demagogicamente o estado de anarquia e caos que chegámos.

É esta desarmonia que o spinolismo traz no seu ritmo: na melhor hipótese pode ser uma tradição lusitana do galicismo: a pior, um neo-salazarismo.



# Quem fica com a liberdade de Imprensa em Portugal?

Augusto de Carvalho

"A LIBERDADE de expressão de pensamento pela imprensa, que se integra no direito fundamental dos cidadãos a uma informação livre e pluralista, é essencial à prática da democracia, à defesa da paz e ao progresso político, social e económico do país" (art.º 1.º do projecto de Lei da Imprensa)

"O director será designado pela empresa proprietária do jornal" (n.º 3 do art.º 18)

"Ao director compete:

- a) A orientação, supervisão e determinação do conteúdo periódico;
  - b) A presidência do Conselho de redacção;
  - c) A designação do Chefe da redacção;
  - d) A representação do periódico perante quaisquer autoridades em tudo quanto diga respeito a matérias da sua competência e às funções inerentes ao seu cargo.
- (Art.º 19 do projecto de Lei da Imprensa)

Compete ao Conselho de Redacção:

- a) dar voto favorável ao chefe de redacção escolhido pelo director;
  - b) Cooperar com o Director e Director-Adjunto ou Subdirector, se os houver, na definição das linhas de orientação do periódico;
  - c) Pronunciar-se sobre todos os sectores da vida e orgânica do jornal que digam respeito ou de qualquer forma se relacionem com o exercício da actividade profissional dos jornalistas;
  - d) Ser ouvido acerca da admissão, sanções disciplinares e despedimento dos jornalistas profissionais;
  - e) Ser ouvido para os efeitos do n.º 1 do artigo 14.
- (Art.º 22 do mesmo estatuto)

O n.º 1 do artigo 14 diz o seguinte: "Não é lícito a qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos, impôr a inserção em qualquer publicação, de quaisquer escritos ou imagens publicitárias, desde que o respectivo director ou quem o represente entenda, ouvido o Conselho de Redacção, que são contrárias à orientação da publicação".

"É lícita a discussão e crítica de doutrinas políticas, sociais e religiosas, das leis e dos actos dos órgãos de soberania e da Administração Pública, bem como do comportamento dos seus agentes, desde que se efectue com respeito pela presente lei" (n.º 3 do art.º 4)

"Legislação especial assegurará que a imprensa desempenhe uma função pública independente do poder político e dos poderes económicos monopolistas, nomeadamente quanto à concentração da propriedade de empresas jornalísticas e noticiosas ou de publicações periódicas" (n.º 2 do art.º 8)

Se o leitor quiser ter paciência de seguir a nossa argumentação, leia, primeiro atentamente, os clausulados do projecto da Lei de Imprensa que acima alinhamos e depois responda à pergunta: a ser aprovado tal projecto, quem fica com a liberdade de imprensa em Portugal?

Por nós vamos já responder indirectamente: quem floa com liberdade de imprensa em Portugal é o proprietário dos jornais, dependendo a amplitude da mesma da maior ou menor abertura de espírito dos homens do capital. Ao proprietário competirá nomear o director do seu ou dos seus jornais, director a quem caberá, por sua vez, a "orientação, supervisão e determinação da exactidão" da publicação. Tudo o resto, sobre a influencia dos jornalistas, não passa de paliativo para dourar amarga pílula.

Quando o país começa a trilhar os caminhos de uma democracia politica, o projecto em análise, cujo objecto abarca precisamente um dos sectores chaves da vida nacional, pretende, através das forças da economia, timonadas em grande parte por mãos fechadas, condicionar todo o processo de esclarecimento do povo português.

Pense-se, por outro lado, que o esclarecimento é o factor primeiro de uma prática que, necessariamente, lhe será condizente. Consciente ou inconscientemente (não podemos por agora semelhante questão), trava-se neste projecto o desenvolvimento da

democracia politica, uma vez que nele se estabelece que o orientador da opinião pública, como interveniente decisivo, é o capital. O trabalho limitar-se-á a segui-lo, enquanto conselheiro tolerado.

Convém termos realistas e não nos deixarmos embalar em rotundária de palavras do projecto, que aparentemente podem soar a democracia. Nesta altura e perante matéria de tanta monta e tão graves consequências, temos obrigação de alertar, sem rodeios, os poderes públicos, cujo silencio mais vilidido resulta do estrelamento do Povo com as Forças Armadas.

Quem são hoje os detentores da propriedade dos principais diários em Portugal? Os mesmos que o eram antes do 25 de Abril. Sem tirar, nem pôr. Os mesmos que activamente colaboraram com o regime depondo, indo, frequentemente, além da censura fascista.

Se depois do 25 de Abril mudou a orientação dos jornais, isso ficou a dever-se mais a condicionalismo girado a propriedade dos periódicos que aos proprietários, agora prisioneiros, contra sua vontade,

de uma impotência momentânea. Isso ficou a dever-se, na grande maioria dos jornais, à força dos trabalhadores, que se aproveitaram de uma circunstância que pode não ultrapassar a circunstancialidade. Estes convencidos, também que os jornais não servem actualmente, com raras excepções, as empresas de que dependem, quase todas elas alinhadas em posições de direita. Trata-se, com efeito, de empresas capitalistas, cuja finalidade, como é evidente, é constituída pelo lucro. Este lucro, por fim, pode traduzir-se em metal ou em tráfego de influencias, que, num segundo tempo, produzirá dinheireiro. Repare-se até que a maioria das empresas que possuem jornais não se dedicam apenas, nem principalmente, a vender noticias ao público. Muitos são os jornais portugueses cuja actividade é lucrativa, em termos de lucros directos e imediatamente visíveis, sendo até astronómicos os prejuizos. Ainda não consta que tais empresas se dediquem à causa da beneficência ou filantropia de informar desinteressadamente o público. Igualmente me parece que, uma vez clarificada a situação politica portuguesa, pode acontecer que embarquemos novamente numa democracia

pluripartidária com o capital a passar-se, outra vez, de chapéu ao e bengala, sem modo de ser agredido na rua, à bastonada. Os jornais passarão, então, juntamente, a servir os interesses dos seus proprietários através da informação como já os serviam antes do 25 de Abril. Acontecerá, também, que, quem não tiver dinheiro bastante, não poderá fundar jornais e o exemplo de empresas dedicadas unicamente ao serviço da informação pretendendo apenas dela, como é justo, tirar lucros imediatos, terão cada vez mais raros, dado que os tempos não vão para grandes garbados directos neste sector.

O projecto de lei que estamos a examinar coloca praticamente todos os direitos nas mãos do capital e instrumentaliza a acção dos jornalistas que ficarão à mercê da abertura maior ou menor de espírito da entidade proprietária e respectivos canais.

Para sermos claros, temos de afirmar que o projecto mais não é que parto directo da actual estrutura económica, condicionada por forças em si mesmo fechadas, sem atender ao espírito do 25 de

Abril, já sem falo do 25 de Setembro, espírito que tem as portas para uma democracia económica, sem a qual é impensável a democracia política. Fazendo o projecto neste sector depender a política da economia, age sobre aquela para que esta não seja permeável a um novo tipo de relações em que é trabalho vendido e conhecer o sol da liberdade.

Embora o projecto em si seja superior à lei fascista, representa o sentir mais profundo da comunidade portuguesa, necessita de informação independente. Afirmar que com um passo em frente é não ir à luta das questões. Aquilo que não titula um passo em frente foi o 25 de Abril e o 25 de Setembro. As leis, por força das estranhas de que brotam, são consequências do poder de forças que ali se estrecham. O Projecto da Lei da Imprensa, porém, sendo pouco consequente do 25 de Abril e muito menos do 25 de Setembro, é consequência demasiado pálida e bastante distorcida. É o contraditório de seus termos, podendo só aplicar processo democrático. Se alguma tiver dúvidas, que comparem o clausulado que transcrevemos a

Expresso

74-10-12

R

17, 18  
e 21

- Descolonização e quartas forças
- Cabo Verde, as Lajes e os Americanos
- O M. F. A. para além de Março
- Alinhamento ou não em blocos militares
- As três componentes do Partido Socialista
- Dupla nacionalidade para Moçambicanos
- À espera de uma decisão da O. U. A.



Soares, Mário

# "EXISTE EM PORTUGAL A POSSIBILIDADE DE UMA VIA ORIGINAL PARA A DEMOCRACIA E PARA O SOCIALISMO"

OCUPA o dr. Mário Soares posição de relevo na vida política portuguesa. Ministro dos Negócios Estrangeiros, embaixador Itinerante, por esse mundo fora, da política portuguesa, chefe de algumas das missões que tinham como finalidade a descolonização, primeira figura do Partido Socialista de que é Secretário-Geral, está colocado, em sede privilegiada, para interpretar os rumos da política portuguesa depois do 25 de Abril. Por isso o procurámos e lhe fizémos perguntas as mais diversas sobre a descolonização, política interna e externa, sobre problemas do Partido Socialista e eventuais alianças ou coligações. Sobre os problemas mais prementes e para os quais os portugueses procuram solução. Mário Soares prestou-se a responder-nos com prontidão, respostas que apresentamos aos leitores, mesmo a relativa a Saldanha Sanches, que, na altura, ainda não havia sido libertado.

Fez a entrevista Augusto de Carvalho.

# Cada colónia é um caso

## 1 — EXPRESSO —

Deixáramos abordar, em primeiro lugar, o processo da descolonização de Angola. Parece-lhe curial, quando se pretende, como se afirma, fazer uma descolonização antirracial, lutar em representativas de etnias como dialogantes no processo em causa?

M.S. — Não podemos desconhecer o facto da existência de diversas etnias em Angola. É uma realidade efectiva com que temos de contar. Mas não é aí que está a chave para os problemas de Angola. Não temos tido o cuidado de, em matéria de descolonização, encarar de per si o caso de cada colónia, e apontar a especificidade de cada caso. Em Angola, há três

movimentos político-militares, cada um deles com a sua representatividade, que nem sequer é contestada pelos outros, tanto que Chefes de Estado de países limítrofes insistem em lembrar, neste momento, do Presidente Kaunda e do Presidente Mobutu) fizeram já diligências para os pôr de acordo. Dois deles têm o meu assento, como sabe, na Organização da Unidade Africana, sendo, por conseguinte, reconhecidos por esta Organização. Se nós queremos chegar à paz, temos que o fazer dentro dum critério muito pragmático, o que nos leva a dialogar com todos estes movimentos independentemente das valorizações de tipo ideológico. Se possível temos de se sentar todos à mesma mesa, para a seguir criar

um governo de transição que encaminhe Angola na via da descolonização efectiva, sem choques e num ambiente de paz.

2 — EXPRESSO — Também o Presidente Kaunda já teve contactos com a UNITA, sobre a qual tantas suspeitas renascer?

M.S. — A UNITA é efectivamente contestada em certos órgãos da imprensa internacional. Não posso precisar-lhe se o Presidente Kaunda tem ou não tido contactos com a UNITA, mas sei que esta tem sido contactada por parte de certos países africanos. Penso mesmo que a Zâmbia (não sei se o Presidente Kaunda pessoalmente) tem levado em linha de conta a existência da UNITA, a qual com efeito dificilmente poderá ser ignorada.

## As quartas forças em Angola

3 — EXPRESSO — Quanto aos outros movimentos, as chamadas quartas forças, que depois do 25 de Abril começaram a proliferar em Angola?

M.S. — Temos de verificar, em primeiro lugar, que a situação é complexa. Tem havido muito oportunismo, como houve em Moçambique com o caso do FICQ — por exemplo — e de outros pretensos movimentos, que surgiram como coguérilas para aproveitar uma situação e a partir dela se fazeres valer. Depois dos Acordos de Lusaka tudo isto se desvaneceu, o que quer dizer que não tinham uma implantação efectiva. Há que verificar, nestes casos, o que existe de sólido e válido. Penso que a população branca também tem tentado organizar-se em Angola e temos de ver qual é a validade dessa organização. Dizem-me que ressurgiu, de novo, uma organização, a FUA, a qual já havia existido em 1961/1962. Naturalmente que nós entendemos que os brancos devem ser ouvidos, assim como é devida a ser silv-guardados os interesses legítimos da população de origem negra.

4 — EXPRESSO — Quando fala em brancos certamente que se não refere aos brancos em si mas como pertencentes à FUA, pois muitos deles, segundo penso, já se declararam pelo MPLA, que não é racista, como é o caso, por exemplo, dos Democratas de Angola?

M.S. — Sim, é um facto. Muitos democratas de Angola aderiram ao MPLA. É um facto que eu considero positivo. Infelizmente, como sabe, o MPLA está dividido e a liderança do dr. Agostinho Neto é bem contestada por alguns sectores de próprio movimento. Tudo isto tem um quadro bastante complexo. Não temos que ser pacifistas, e realistas e encontrar um estado harmonioso que evite os conflitos raciais e que encaminhe a luta para uma descolonização efectiva. O termo da descolonização não pode ser outro senão a independência.

## A personalidade de Mobutu

5 — EXPRESSO — Para nós que a descolonização com relativa atenção não deixa de ser intrigante a personalidade de Mobutu. Vai ao Sal encontrar-se com o General Spínola e sabe-se que a razão do encontro foi precisamente a descolonização de Angola. O próprio ministro de Coordenação Interterritorial do disse, em entrevista ao EXPRESSO, dando como motivo o facto do FNLA depender, em última instância, do Mobutu. No entanto, Mobutu é dirigente de um país estrangeiro...

M.S. — O facto de Portugal tentar converter e ouvir as opiniões de países limítrofes, que apoiam os movimentos nacionalistas, parece-me ser uma atitude realista. O facto de nós querermos conhecer todos os elementos do problema é, a meu ver, um bom método de trabalho. Eu estive completamente fora, como sabe, do problema do encontro entre o General Spínola e o Presidente Mobutu. Não sei muito nem o que sala desses encontros, para além da abertura dessa porta e o começo de um diálogo. Nós temos ainda populações angolanas no Zaire, aliás em dificuldades, e é preciso resolver o seu problema, como aliás o problema da população de origem europeia que ali também se encontra. Merece reflexão e é útil que nós melhoremos as nossas relações diplomáticas com o Zaire, certo com todos os países desta zona e de uma maneira geral com todos os países africanos. Não podemos desconhecer, também, que o Zaire é hoje uma potência em África pelo seu tamanho e pelas suas ambições. Mas é evidente, que não estamos a fazer a descolonização para beneficiar terceiros potenciais. Estamos a faz-la para ir ao encontro das legítimas aspirações dos povos de Angola e de mais ninguém.

## Os contactos com o MLSTP

6 — EXPRESSO — Que nos pode dizer sobre o processo de descolonização de S. Tomé e Príncipe, sendo público que contactos já foram iniciados com o MLSTP?

M.S. — Tem havido com efeito contactos. Eu próprio encontrei, na ONU, Miguel Trovada, Secretário para os Estrangeiros do MLSTP; conversei, além disso, várias vezes, com o dr. Gracq, outro dos dirigentes do Movimento, pessoa que aliás muito estimo e respeito. O Dr. Almeida Santos enviou, recentemente, um seu delegado pessoal ao Gabão para se encontrar com os dirigentes do movimento. A situação em S. Tomé e Príncipe tendeu em certa altura a agravar-se. Neste momento está pacificada. Iniciou-se um diálogo que penso vai ser fecundo. Vamos criar condições para a existência de um governo representativo, com participação de elementos do MLSTP; governo esse que poderá organizar, futuramente, uma consulta popular, para decidir do destino de S. Tomé e Príncipe.

7 — EXPRESSO — O caminho é, portanto, começar por formar um governo representativo?

M.S. — Poderia ser um dos caminhos. Como sabe, nós temos tido o cuidado de não concretizar demasiado os planos das negociações antes de elas estarem muito avançadas. Nesta altura estamos, do nosso lado, a fazer negociações com uma grande abertura de espírito, reconhecendo nos dirigentes do MLSTP pessoas responsáveis. Concretizar, porém, e já os por nomeados do futuro acordo não me parece o melhor processo de abordagem do problema, visto que inclusivamente, pode ser nocivo à própria marcha das negociações.

## Cabo Verde e os interesses americanos

8 — EXPRESSO — Tudo isto a crer que Cabo Verde se há tornar independente segundo os esquemas do PAIGC, esquemas esses que em política externa são marcados pela característica do não-alinhamento. Acontece que há, em Cabo Verde, como é do domínio público, interesses americanos. Uma vez independente com o PAIGC, esse não alinhamento será posto em prática, como pensamos. Como se repará então o contencioso existente com os EUA?

M.S. — É naturalmente um problema político que se põe e que temos ter em conta, mas que não se condiciona a nossa acção. Nós

somos sinceros, quando dizemos, aliás de acordo com as resoluções da ONU, que deve ser o povo de Cabo Verde a decidir os seus destinos. Se nós fôssemos intervir nessa decisão factores de tipo estratégico, que podem anular a livre escolha do povo de Cabo Verde, não estamos a respeitar as regras que nós próprios nos fixámos no processo de descolonização. Dito isto, acrescento que não se segue necessariamente que a independência de Cabo Verde se processe sob a égide do PAIGC. Eu sei que há movimentos, que há pessoas, que há cabo-verdeanos que não têm essa posição. O PAIGC terá liberdade para se exprimir, para fazer livremente a sua propaganda e aguardarmos os resultados, que respeitaremos, sejam eles quais forem.

9 — EXPRESSO — E quanto ao caso específico dos americanos?

M.S. — Isso é um problema dos americanos. As considerações estratégicas dos americanos, à escala mundial, são eles quem as elabora. Existem determinadas regras às quais não podemos fugir. Uma delas é que nós somos a favor do direito à autodeterminação e à independência com todas as suas consequências. Se o povo de Cabo Verde decidir unanimemente que quer ser independente, como diz, sob a égide do PAIGC, é evidente que Portugal não pode, sob pena de voltar à dominação colonial que repudiou nas Nações Unidas solenemente, com o apoio da comunidade internacional, opôr-se a essa decisão.

## A política portuguesa do alinhamento em blocos militares

10 — EXPRESSO — Presente-se no seio do MFA uma corrente favorável ao não alinhamento de Portugal em blocos militares, para não fazer em económicos, apesar do Programa conter expressamente a fidelidade aos compromissos internacionalmente assumidos. Podem-se dizer, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, se tal sensação carece de fundamento?

M.S. — A nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros não pode ser confirmada. Que exista, em Portugal, uma corrente favorável ao não alinhamento, acho perfeitamente legítimo. Não nego a sua existência e penso que é mesmo perfeitamente respeitável. O que lhe posso dizer, é que existe um Programa do MFA que é vinculativo para nós, tanto para o Governo de coligação como por igual, para todos os partidos que estão no Governo. Todos os partidos da coligação, sem excepção, independentemente dos seus pontos de vista partidários, se afirmaram respeitadores desse princípio consignado no Programa do MFA, que é o de respeitar os nossos compromissos anteriores e de manter a fidelidade à Aliança Atlântica. Esta posição foi reafirmada de maneira solene pelo senhor Presidente da República, General Costa Gomes, na primeira declaração que fez aos portugueses, na qualidade de Chefe de Estado. Sendo como é o Presidente da República o supremo orientador, nas suas grandes linhas, da política externa do país, ao nível do Ministério dos Negócios Estrangeiros a posição tem que ser essa e não pode ser outra. Não lhe escudo, como socialista que sou, que posso admitir que o sistema de segurança actual não é o melhor e que, efectivamente, a existência de pactos militares, como o Pacto de Varsóvia por um lado e o Pacto do Atlântico por outro, num período de «detente» como aquele que nós atravessamos, e pela qual devemos lutar, pode ser prejudicial. Sou favorável à política de «detente» e à redução harmoniosa dos armamentos. Mas não devemos desconhecer as indicações que resultam da nossa posição geográfica e das nossas raízes históricas.

## As Lajes e o mundo árabe

11 — EXPRESSO — Quanto às Lajes, há quem afirme um certo desinteresse dos americanos em virtude de o sistema de abastecimento das aviões estar a ser aperfeiçoado no espaço aéreo...

M.S. — Sempre que se está a discutir o problema das Lajes surgem, por razões aliás compreensíveis, aqui e ali, rumores de que estrategicamente os Avcoet não têm tanta importância como se diz. É natural. Mas a última guerra do Médio Oriente demonstrou a utilidade que continua a ter para os americanos a base dos Açores. Essa utilidade é incontestável. Por isso mesmo, nós entendemos que temos de fazer valer os nossos direitos. É inadmissível que Portugal ceda uma base aos americanos e não lhe daí importantes contrapartidas de tipo económico. Nós sabemos que no passado o governo português apenas estava interessado nas contrapartidas de natureza política. Enquanto a situação portuguesa mudou radicalmente. Hoje somos aceites, como sabe, na comunidade internacional. Logo é justo que os americanos se disponham a dar-nos determinadas compensações por utilizarem estas bases.

12 — EXPRESSO — No entanto, a credência da base das Lajes aos americanos comporta para nós um compromisso grave que é o de nos alinharmos com os interesses americanos como aconteceu na guerra do Médio Oriente.

M.S. — Não se segue necessariamente que assim seja. Até hoje sempre verificámos que os países árabes compreendem a nossa situação relativamente ao problema das Lajes. Não é impedimento para o desenvolvimento das relações, que pelo lado concretizam-se com os países árabes. A política não se faz de uma maneira linear. Todos os países sabem o que são as contingências conjunturais. E a verdade é que tenho encontrado da parte dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países árabes, uma compreensão efectiva em relação a esse problema.

Por outro lado, como sabe, na Alemanha Federal também existem

bases americanas e o respectivo Governo, na altura da guerra do Kippur, não autorizou que essas bases fossem utilizadas. Eu não sei a antecipar uma resolução futura do governo português, que tem que ser tomada em consciência pelo governo de acordo com os elementos que nessa altura existirem. Não sei se numa ocasião dessas, a nossa atitude seria favorável à utilização ou não. O que lhe sei dizer é que a atitude do governo português teria que ser tomada de acordo com o interesse nacional, tendo como único critério a defesa dos interesses nacionais e da nossa independência. Um governo português, como o actual, em que se está a realizar uma revolução no sentido da consolidação da democracia e da descolonização, é naturalmente cioso da independência nacional.

13 — EXPRESSO — Posso, por conseguinte, concluir que no caso de um novo conflito, por exemplo, no Médio Oriente, não seremos forçados a autorizar que os americanos utilizem a base das Lajes, mesmo que o acordo tenha sido firmado?

M.S. — Como lhe disse, somos um governo responsável, cioso da independência nacional. Cumprimos os nossos compromissos sem com isso significar que estamos amarrados para todo o sempre. Nunca alienamos a nossa soberania.



## Relações diplomáticas com a China

14 — EXPRESSO — A viagem do Dr. Almeida Santos a Macau inscreve-se apenas no âmbito da consulta das populações ou leva na agenda contactos a estabelecer com a China no sentido de relações diplomáticas e de modificação do estatuto político de Macau?

M.S. — Inscreve-se, naturalmente, no quadro de um contacto que se alguma necessário às realidades dos territórios extra-europeus, contacto esse que já foi realizado com todos os outros territórios, e com regularidade, desde a formação do Primeiro Governo Provisório. Chegou agora a vez de visitar Macau e Timor e de assessorar, de maneira directa, o sentir das populações, procurando aperceber-se dos problemas que ali se debatem a fim de lhes dar a devida solução. Ocasionalmente (aqui no Ministério dos Negócios Estrangeiros damos-lhe todo o apoio), terá os contactos que forem possíveis nas áreas geográficas onde decorre a viagem. Em relação à China, veremos quais as possibilidades que se lhe oferecem. Neste momento, não posso adiantar mais nada. Em relação a Timor, penso que simultaneamente poderá visitar Díjarcarta e conversar com as autoridades indonésias. Aliá, eu tive um encontro preparatório, nas Nações Unidas, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e avisei-o da presença próxima do ministro da Coesistência Interterritorial. Com as autoridades

de Camberra (Austrália) procedi do mesmo modo.

15 — EXPRESSO — Portanto, não pode adiantar mais nada quanto às relações diplomáticas com a China.

M.S. — O governo português sempre disse que o problema de Macau não é de real colonial. É um problema um pouco diferente. Nós estamos na China por um acordo entre Portugal e a velha China e entendemos que a nova presença actual nessa região, nos termos em que ela hoje é praticada, terá de resultar de um acordo bilateral com a China Popular. A China Popular não tem querido estabelecer relações diplomáticas normais com Portugal, apresentando como razão o facto de nós não termos ainda terminado o processo da descolonização. Entretanto, nós demos provas suficientes da nossa boa fé, da nossa honestidade na descolonização, quer relativamente à Guiné, quer relativamente a Moçambique. Houve pois uma mudança total nas Nações Unidas a partir da Assembleia Geral que está a decorrer. No entanto, não houve ainda da parte da OUA uma decisão explícita que anule resoluções anteriores, decisão esta que influiria os estados africanos no sentido de estabelecerem imediatas relações diplomáticas conosco. Penso que provavelmente vai ter lugar uma decisão desse tipo. Abrirá caminho — estou certo disso — para a normalização das relações com a China Popular, como é do interesse das duas partes.

## Organização da Unidade Africana e Portugal

16 — EXPRESSO — Houve, agora, contactos, em Moçambique, entre o ministro Melo Antunes e o Secretário-Geral da OUA?

M.S. — Tem havido contactos e conversações, não apenas nessa ocasião, mas também com outros intermediários idóneos, como por exemplo com o Presidente Neyerre, que o Ministro Melo Antunes e eu próprio tivemos ocasião de encontrar em Dar-es-Salam. Com ele discutimos igualmente o problema das relações com a China Popular.

17 — EXPRESSO — Com os países da África, o problema das relações diplomáticas põe-se nos mesmos moldes?

M.S. — Estão à espera dessa decisão da OUA que penso estar para muito breve. Há já países que estabeleceram relações conosco, como a Tunísia e Costa do Marfim, o Senegal e outros.

18 — EXPRESSO — Aquando das negociações com o PAIGC, em Londres, encontrei-me com um alto representante do governo argelino que me afirmou estarem apenas à espera da independência da Guiné para estabelecer relações diplomáticas conosco. Vejo, no entanto, que as coisas se arrastam...

M.S. — Não me parecem que se arrastem, pois a verdade é que nós temos andado muito depressa em matéria de normalização de relações diplomáticas. Temos feito enormes progressos. Tive excelentes conversações com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Argélia, em Nova Iorque, que, aliás, é neste momento, o presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas. Os argelinos têm-nos ajudado. Mas certa discrição ajuda a uma normalização futura de relações. Neste momento, já temos relações efectivas de amizade com a Argélia e vamos, num futuro que eu espero seja breve, normalizar, por completo, as nossas relações diplomáticas. Aliás, os nossos aviões, os os nossos barcos, já podem passar pela Argélia, utilizar os aeroportos ou os portos argelinos se for necessário, estabelecer carriras, etc.

19 — EXPRESSO — No entanto, para as carreiras de África (Angola e Moçambique) ainda existe o obstáculo da Nigéria...

M.S. — Esse obstáculo também já não existe. Falei, nas Nações Unidas com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria, que me garantiu que não existia tal obstáculo. Contudo as decisões do tipo ministerial nem sempre são executadas imediatamente por razões burocráticas. Impetram nas repartições, mas a decisão política já foi tomada.

## Dupla nacionalidade para moçambicanos

20 EXPRESSO — Estive, recentemente, em Moçambique, aquando da célebre «conquista» do Rádio Clube, e pude verificar uma grande apreensão a nível daqueles funcionários públicos que desejam continuar a ser portugueses, o que, evidentemente lhes não será possível depois da independência. Estes funcionários públicos para quem o Estado português é a sua empresa e com a qual fizeram os respectivos contratos, virão a ser reintegrados em Portugal nas suas funções ou pelo menos, ser-lhes-ão garantidos todos os direitos como se fossem reintegrados? Eu mesmo prometi a alguns deles que faria esta pergunta ao Governo.

M.S. — Estamos justamente a estudar um decreto para prover a essa necessidade, criando um corpo de adidos onde certamente ingressarão todos os funcionários nessa situação, de maneira a serem-lhes respeitados os direitos que lhes assistem como servidores do Estado que são.

Nós, porém, procuraremos influenciar a ficar, embora, sem o coagir. Também estamos a estudar a institucionalização de acordos de dupla nacionalidade, que funcionem efectivamente. O Ministério da Justiça está a preparar diplomas nesse sentido, com uma grande flexibilidade de forma a que os nossos funcionários e os nossos técnicos, que o queiram, se possam conservar nos novos países independentes sem perder os seus direitos. Esperamos concretizar acordos de cooperação muito vastos entre Portugal e a Guiné, Moçambique independente e a futura Angola independente.

21 — EXPRESSO — E com uma dupla nacionalidade, se possível?

M.S. — Sim, estabelecendo a dupla nacionalidade.

22 — EXPRESSO — Essa dupla nacionalidade poderá, em acordo futuro, ser extensiva à Goa, como consta em determinados meios?

M.S. — O problema da dupla nacionalidade não foi posto em relação a Goa. Como compreende, é um problema totalmente diferente. O estabelecimento de relações diplomáticas com a Índia Indiana, está a seguir os seus termos; houve apenas até agora uma declaração de intenções. Afirmou-se, entretanto, desde logo, a necessidade de estabelecer uma larga cooperação e de fazer alguma coisa para manter o presença da cultura e da língua portuguesa em Goa, Daman e Diu e preservar os monumentos do carácter histórico-religioso ali existentes. Nós temos velhas relações culturais e de civilização com a Índia e queremos mantê-las e desenvolvê-las.

# "NÃO É DE EXCLUIR UMA ALIANÇA DE ESTILO MAIS ÍNTIMO E ORGÂNICO ENTRE O PC E O PS"

## O caso do embaixador da Guiné-Bissau

(continuação da p. 17)

23 — EXPRESSO — Correu, por aí, na semana passada, que a Guiné-Bissau teria nomeado um embaixador para Paris que seria, simultaneamente a mesma missão em Lisboa. Esse embaixador seria Julio Semedo, ficando Lisboa, a nível de embaixada, em plano secundário em relação a Paris. Há cores de verdade em tais rumores?

M.S. — Não tenho qualquer conhecimento do facto, embora saiba também osido esse boato, existe nas Nações Unidas com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, Victor Maria André, bem como com o embaixador Julio Semedo, que ali se encontra e falámos sobre se fosse o embaixador designado para Lisboa, era essa a intenção do MGC na altura das negociações de Argel. Penso que a Guiné-Bissau não quer manter essa decisão. Evidentemente que um país pequeno, como a Guiné-Bissau, não se pode dar ao luxo de manter um embaixador em cada país com o qual em relações diplomáticas. Não só porque isso é inutilmente dispendioso, como porque, por vezes, enfrenta qualquer coisa de muito difícil em matéria de quadros e para isso numa altura em que estão a recrutar de muita gente qualificada para desenvolver a situação interna.

Nos próprios pensamos criar uma modalidade nos novos serviços diplomáticos, de forma a que o mesmo embaixador possa servir em dois ou três países. Esse sistema é utilizado normalmente, pelas nações pequenas. E para nós reveste interesse, pois estamos a estabelecer relações diplomáticas com muitos novos países. Não sei qual é, nesse sentido, a decisão da Guiné-Bissau. Mesmo que o embaixador Julio Semedo acumulese Lisboa e Paris, a Lisboa-Madrid-Paris, não vejo que tal situação professe ser tomada como uma afronta a Portugal.

## Partidos da direita no jogo democrático

24 — EXPRESSO — Entrando agora nos domínios da política interna: Acabámos de sair de uma conspiração em que actuaram alguns partidos da direita. Parece-lhe ainda útil no quadro da política portuguesa a existência de partidos da direita?

M.S. — Existiam antes do 25 de Setembro, em Portugal, vários partidos que se reclamavam da direita ou que poderiam ser legitimamente considerados à direita, ainda que se afirmassem com posições centristas ou outras.

Alguns desses partidos entraram numa via conspiratória, não aceitando, por isso mesmo, a legalidade democrática estabelecida. Evidentemente que, por esse facto, tais partidos têm de ser postos fora de lei. Mas aqueles partidos da direita que já existiam ou que venham a criar-se e queiram disputar o jogo democrático e sujeitar-se às regras da democracia, pois entendem naturalmente que devem ser permitidos e respeitados na sua acção como partidos legais que exprimem uma corrente do povo português, muito embora minoritária, segundo penso.

## Uma frente popular em Portugal

25 — EXPRESSO — Gostaria, agora, de lhe fazer uma pergunta na qualidade de Secretário Geral do Partido Socialista: é viável uma Frente Popular, ou seja, a união do PS com o Partido Comunista para disputar as próximas eleições?

M.S. — O Partido Socialista vai realizar, no mês de Dezembro, como anúncio, o seu Congresso. E nesta altura, naturalmente, que se vai pronunciar sobre a estratégia eleitoral a seguir, se por essa altura julgado oportuno e aconselhável fazê-lo. Neste momento ainda se não pronunciamos sobre uma tal eventualidade.

Há porém uma coisa que desde já lhe posso dizer: entendemos que devemos manter a actual coligação. A sua existência é por nós considerada como muito importante, até às eleições. Mesmo depois das eleições, não temos razões para alterar a coligação, se a conjuntura política de então permitir que nós continuemos nela. A actual coligação não é evidentemente uma Frente Popular. Uma aliança de estilo mais íntimo e orgânico entre o PCP e o PS não é, evidentemente,

de excluir. Para isso é indispensável fazer um acordo quanto aos objectivos a médio e a longo prazo, quanto aos meios de acção e um programa que seja comum e subscrito com o conhecimento de todo o povo. A discussão desse programa e desse acordo não foi feita até agora. Não, já várias vezes, pensamos essa eventualidade de começar uma discussão desse tipo, mas, por diversas razões, ainda não foi feita. Só na base de um acordo programático, claramente definido e claramente discutido face à Nação, é que nós, socialistas, poderíamos admitir uma tal eventualidade. Entretanto, nós, socialistas, pensamos que é fundamental a unidade dos partidos democráticos da coligação e a unidade destes com o MFA. Existe, hoje, a possibilidade de uma via original para a democracia e para o socialismo em Portugal. A originalidade do nosso processo depende e está relacionada com a circunstância de o MFA ser hoje um factor de democratização e de estabilidade no nosso país, fenómeno este que é, não só na Europa, mas mesmo no mundo, excepção.



## O PPD e a via socialista

26 — EXPRESSO — Não lhe parece que o Partido Popular Democrático continua um obstáculo para o socialismo?

M.S. — Esse princípio não vejo que o PPD constitua um obstáculo absoluto nesse caminho. O P.P.D. é um dos partidos da coligação. Nós, evidentemente, até às próximas eleições temos um programa comum que não é socialista — é o programa do MFA, base do nosso acordo. Nós, socialistas, respeitamos esse programa e estamos convencidos que o PCP e o PPD também o respeitarão. Para além das eleições é evidente que será necessário formular outro programa. Há problemas de reestruturação económica da sociedade portuguesa que se põem com muita urgência. Nós vamos propor aos partidos democráticos um programa de renovação da sociedade portuguesa para o próximo futuro, a partir das eleições. Será um verdadeiro contrato de progresso passado com o país. Se esse programa for aceite e subscrito pelos partidos da actual coligação ou por outros que venham a associar-se a nós, e pelo MFA, então estamos certos que o nosso caminho, a via original portuguesa para a liberdade e para o socialismo, é inderrotável.

## O papel do MFA

27 — EXPRESSO — Nessa via original para a liberdade e para o socialismo, de que fala o Dr. Mário Soares, entra, actualmente, o MFA como um dos factores determinantes. Mas, pergunto, o MFA entra neste jogo até às possíveis eleições de Março, ou dentro da sua concepção política encara ou pode encerrar a actuação do MFA mesmo depois de Março, nos moldes até aqui seguidos?

M.S. — A situação portuguesa é complexa e é ao próprio Movimento das Forças Armadas a quem compete responder à sua pergunta. Naturalmente, se puser esse problema, neste momento, ao MFA, possivelmente, para já, não lhe saberão responder. Agora o que estou certo que eles vão responder é que estão determinados a assegurar a consolidação da democracia em Portugal, e possivelmente essa consolidação não estará completada, até Março de 1975. O MFA poderá ser necessário para além de Março de 1975. Essa é uma decisão que compete ao MFA e sobre a qual os partidos democráticos e particularmente o PS terão de se pronunciar. Mas ao Partido Socialista não repugna, em

princípio, admiti-la, desde que se mantenham, como até agora sempre se têm mantido e respeitado, o pluralismo democrático e as liberdades fundamentais.

---

## O adiamento das eleições

---

28 — EXPRESSO — Não repugna também ao PS admitir um adiamento das eleições, se se chegar à conclusão que as condições ainda não estão criadas para uma consulta democrática?

M.S. — Como disse o Brigadeiro Vasco Gonçalves de uma forma muito incisiva, nós empenhámos-nos a nossa honra e demos a nossa cara. Nós pensamos que a realização das eleições é um factor importante, direi mesmo indispensável para a consolidação do processo democrático. O processo da democracia passa pelas eleições. A não ser que surja um problema de excepcional gravidade, imprevisível, que assim o aconselhe, tudo se deve fazer para manter as datas fixadas no calendário do MFA.

29EXPRESSO — Os partidos já conhecem a lei eleitoral que vai regular o processo?

M.S. — Temos estado a discutir o projecto de lei eleitoral que foi apresentado pela Comissão Redactora da Lei Eleitoral. Há já dois capítulos ou dois títulos que estão aprovados e que dizem respeito ao futuro recenseamento.

## Desejo do alargamento da coligação

30 — EXPRESSO — Incliná-lo a lei eleitoral para uma via francesa?

M.S. — A lei eleitoral não tem de se inclinar para uma via francesa ou para qualquer outra via. Tem de ser uma lei democrática, que salvaguarde os direitos e as liberdades de todos os portugueses, sem excepção. Numa democracia são essenciais a existência de partidos. De partidos fortes, homogêneos. Partidos verdadeiramente representativos e nacionais não inventados para uma conjuntura. Eu penso que o projecto da lei eleitoral assegura essas condições que são fundamentais para o funcionamento de uma nova democracia.

31 — EXPRESSO — Pode o MFA dentro deste clima democrático e para além das eleições, encontrar ainda uma via de participação no governo, ou resumir-se às Forças Armadas a garantidas do jogo democrático deixando actuar os partidos?

M.S. — Al estranho já na futurologia. A resposta a essa pergunta depende de condições futuras. Nós não sabemos como vão evoluir os acontecimentos. Dá-me a impressão que a vocação das Forças Armadas não é, e não ser em tempos excepcionais como são estes agora, a de substituírem os partidos políticos, para serem elas a realizarem as tarefas que, numa democracia, competem aos partidos. Num momento excepcional e por imperativos patrióticos, as Forças Armadas derubaram a ditadura fascista e estão a contribuir para a instauração da democracia portuguesa intervindo no processo político. Entretanto não pretendo excluir os elementos das Forças Armadas da participação normal na política que, evidentemente, pode ser feita a vários níveis e de diferentes maneiras. Trata-se de uma questão institucional.

32 — EXPRESSO — Encontra-se, há dias, o Dr. Mário Soares com o Dr. Pinto

Balsemão, membro da Comissão Política do PPD. Houve logo quem especulasse sobre um possível entendimento-união do PPD com o PS.

M.S. — Eu tenho relações de muita cordialidade com o Dr. Pinto Balsemão, há muitos anos. Naturalmente que, como homem político que ambos somos, são úteis toda a espécie de conversações. Mas se pretende daí concluir que haja uma aliança privilegiada entre o PS e o PPD, que tivesse como direcção contrária o PCP, isso evidentemente que não existe. Não nos aliamos ao PPD para combater o PC da mesma maneira que não nos aliamos ao PC para combater o PPD. Nós estamos numa coligação tripartida que gostaríamos de ver alargada porventura à direita e até à esquerda, que consideramos que é essencial de facto para a unidade do povo português com as Forças Armadas.

33 — EXPRESSO — Quando fala em coligação alargada à esquerda desejará vê-la ampliada à esquerda do PC? A que partido se refere?

M.S. — Na geografia eleitoral é muito difícil saber quem é que está à esquerda e quem é que está à direita. Nesse plano há forças muito susceptíveis. Eu não disse especificamente a esquerda do PC. Não sei porque e que elementos do MES não poderão eventualmente vir a participar no Governo, visto que nesse agrupamento existem reconhecidamente boas cabeças políticas.

34 — EXPRESSO — E quanto a outros partidos de esquerda, como, por exemplo, o PRP e o MRPP.

M.S. — Esses partidos põem-se numa posição de radical oposição ao governo. É portanto evidente que não podem participar no governo, sob pena de este perder as suas actuais características.

## A prisão de Saldanha Sanches

35 — EXPRESSO — Que pensa o Dr. Mário Soares da prisão de Saldanha Sanches, como director de um jornal partidário?

M.S. — Penso, e disse-o já várias vezes, que chegou o momento de libertar Saldanha Sanches. Foi seu

detenhor no Tribunal Pleniário, no tempo do fascismo. Nessa altura, ele perencia, segundo suporho, o PC, tendo-o com tanto mais calor, quanto considerava e considero que é um homem corajoso e idealista. Além, foi meu aluno. Tenho por ele muita simpatia.

Continua pág. 21

# FUNÇÃO UNIFICADORA DO CONGRESSO DE DEZEMBRO

Continuação pág. 18

personal. Custa-me muito saber que o Saldanha Sanchez continua na prisão. Sem querer interferir em problemas que não dizem respeito, nem ao meu ministério, nem sequer ao Governo, a minha opinião pessoal é que, em todo o caso, e como medida de acalmia, parece aconselhável encontrar um entendimento legal para que o Saldanha

Sanches possa ser restituído à liberdade quanto antes. Note, que eu considero que o Saldanha Sanchez cometeu um acto que é passível de perdão, na medida em que fez a apelação (a deserção, e apelo) de desercção com armas na mão. Isto é efectivamente um facto que não pode ser tolerado em qualquer democracia, nem por qualquer Estado que se respeite a si próprio.

## A capacidade de manobra do Partido Comunista

36 — EXPRESSO — Existe uma sensação generalizada de que tanto o P.S. como o P.P.D. ficaram impressionados com a capacidade de manobra do P.C. que, na última crise, conseguiu mobilizar as massas, motivando-as para cortar o passo à reacção. O P.S. e o P.P.D. ficaram assim receosos do Partido Comunista, não em termos de anticomunismo, mas ao nível da conquista do electorado e de enquadramento das respectivas políticas, as quais divergem de partido para partido.

M.S. — Pessoalmente não tenho nenhum receio do assomo do Partido Comunista que está apenas e tão somente a ocupar um espaço que lhe é próprio. Se o povo por-

tugues entender, através de eleições livres, que o melhor destino para si, será um regime comunista, eu, como democrata, não posso deixar de aceitar essa decisão. O progresso do P.C. não me interessa extraordinariamente, na medida em que acho natural que um partido democrático, com esta longa tradição como o P.C., possa desenvolver-se na sociedade portuguesa. Por outro lado, entendo que preferir uma política anticomunista acaba sempre por fazer o jogo da reacção. O que se verificou, esta última semana em Portugal, foi uma tentativa de golpe reaccionário. Para contrariar a reacção, é necessária a unidade das forças progressistas, dos partidos democráticos. Naturalmente o P.C. participou neste certifique união nos termos que são conhecidos do País. Considero, assim, que cumpriu o seu dever, nessa ocasião.

## Três correntes do Partido Socialista

37 — EXPRESSO — Não se apresenta aos olhos do observador político o Partido Socialista como um partido homogêneo. Coexistem no seu interior, segundo penso, várias correntes. Desde uma social-democracia tipo social-democracia europeia, até a um socialismo de raiz marxista que, na geografia eleitoral, pode ultrapassar, pela esquerda, o próprio Partido Comunista. Uma espécie do Partido Socialista de Allende no Chile.

Corresponderá à verdade este quadro que acabámos de traçar do Partido Socialista?

M.S. — O Partido Socialista, não é, efectivamente, um partido monolítico, mas também não é uma massa de retalhos.

Existem entre os militantes e aderentes do Partido três componentes principais. Uma das componentes é a dos socialistas que se reclamam do humanismo socialista, que teve e tem muitos adeptos em Portugal. Recorde-se a

propósito as figuras de Antero de Quental ou de António Sérgio, entre tantos outros. É uma corrente que põe o acento principal numa transformação das estruturas económicas por via do cooperativismo.

Uma outra componente do Partido Socialista é a que se reclama do marxismo considerado este não como um dogma mas como um método de análise da realidade política, social e económica de um determinado país e de uma determinada conjuntura.

Outra componente, é a componente do humanismo cristão, em que se inserem tanto os católicos, como os protestantes que vieram ao socialismo.

O Partido Socialista pretende, porém, ser uma síntese destas três componentes e não um conjunto de três partidos justapostos.

Neste quadro, é evidente que há pessoas que são classificadas mais à direita e outras mais à esquerda, dentro do Partido, como aliás sucede em todos os partidos democráticos, sem excepção. Penso que o Congresso do P.S. vai servir este objectivo: o de unir profan-

damente os militantes. O Partido Socialista corresponde aos desejos e aspirações de uma larga camada muito diversificada do povo português e posso dizer-lhe que a resposta que o povo tem dado ao Partido Socialista tem sido, para mim próprio, apesar de ser optimista, verdadeiramente impressionante. De facto, o Partido Socialista está hoje implantado em todo o País, com uma implantação importante na classe operária, em regiões onde tradicionalmente o Partido Comunista tinha uma presença exclusiva. Refiro-me, por exemplo, ao Barreiro, ao Montijo, a todo o distrito de Setúbal, a Marinha Grande, à zona de Vila Franca, Alhandra, Sacavém, às cintururas industriais de Lisboa e Porto.

Hoje o Partido Socialista apresenta-se muito solidamente implantado, o que não acontecia antes do 25 de Abril. Por outro lado, tem uma implantação importante em zonas agrícolas, como, por exemplo, no Alentejo e em certas regiões do Alentejo Alentejo Alentejo, sendo fortes em certas regiões do norte do País onde nos foi

de muito auxílio a componente católica. Dou-lhe o exemplo do Mirão, numa certa região de Trás-os-Montes, das Beiras, particularmente na Beira Baixa (Covilhã), para não falar nos Açores e na Madeira onde nos encontramos com fortes posições.

Nos sectores intelectuais e entre os quadros ou nas profissões liberais, o Partido Socialista tem também muitíssima gente. É que o Partido Socialista tem sociologicamente um espaço político em Portugal e está a preenchê-lo, cabalmente.

Por outro lado, o Partido Socialista é garante de duas coisas que hoje são essenciais para o povo português: uma reforma profunda das estruturas económico-sociais, de forma a conseguir, realmente, o alargamento do sector público e uma política consequente de justiça social; e apresenta-se ainda como o grande defensor de um valor essencial que é a liberdade. Liberdade não somente política mas de plena criatividade, realizando o valor da imaginação e até da alegria de viver.



# O problema das nacionalizações

38 — EXPRESSO — Qual o programa do Partido Socialista em matéria de nacionalizações?

M.S. — O Partido Socialista tem um programa que foi elaborado na clareza e que prevê certas nacionalizações. É natural que venha a ser actualizado no próximo congresso, não nas suas grandes linhas, mas em alguns aspectos importantes. O Partido Socialista faz hoje parte de um Governo de coligação que tem como plataforma o programa do Movimento das Forças Armadas. Esse prevê como

únicas nacionalizações a dos três bancos estatais que já foram de resto nacionalizados. Se houvesse uma alteração no programa do M.F.A., a fim de alargar a política de nacionalizações para sectores específicos, evidentemente que não seria o Partido Socialista quem se oporia a essa política, porque o alargamento da intervenção estatal para resolver problemas económicos fundamentais, embora com respeito pelo sector privado, parece importante para obviar a situação económica difícil que o País atravessa.

## Mário Soares: formação marxista

39 — EXPRESSO — Gostaríamos que o Dr. Mário Soares nos respondesse se pertença, a nível pessoal, a análise marxista?

M.S. — Tenho dito frequentemente que me considero marxista. Como sabe, e como expliquei no meu livro «Portugal Amadado», a minha formação de base foi marxista. Foi no estudo dos clássicos marxistas que fiz a minha aprendizagem política, que não renego. Simplesmente, considero que o marxismo não é um catecismo, nem um dogma, mas antes um instrumento de análise. É evidente que Marx, apesar de génio, não podia prever em meados do século XIX, as transformações tecnológicas, técnicas e económicas, que vieram a ocorrer no século XX. Esses progressos e novas teorias têm que ser incorporados e digeridos pelo próprio marxismo.

## Quantas inscrições para a formação de um Partido

40 — EXPRESSO — Falou-se no número de 15 000 aderentes a um partido para que possa ter existência legal. Parece-lhe tal número razoável ou propõe outro menor?

M.S. — Sou partidário de que os partidos políticos sejam fortes. E que não haja uma pulverização. É necessário que tenham um número mínimo elevado de aderentes para que, inclusivamente, possam legitimamente solicitar uma presença na televisão, na imprensa ou na rádio; mas, quanto ao número certo, francamente não me pronunciou. Se o Governo e o Conselho de Estado vierem a entender que 15 000 é o mínimo aceitável, não me oporei.

# Essencial a liberdade de imprensa

41 — EXPRESSO — E quanto à informação em Portugal e aos condicionamentos que a poderão vir a cercar?

M.S. — Sou partidário de uma informação livre, disse mesmo libertária. De uma informação não condicionada e objectiva a que todos os sectores tenham acesso igual, mesmo aqueles que estão na oposição ao actual governo. Acho que a direita, desde que não se envolva em conspirações, deve ter garantias de acesso aos meios de informação. Sou democrata e considero que a crítica é indispensável ao progresso das nações e dos governos. A última ideia que me poderia vir ao espírito, era

querer governar sem oposição, ou reduzir ao silêncio os meus adversários políticos.